

N. 862

JOÃO CABRAL DO NASCIMENTO

Apontamentos

de

História

Insular

1927

À
MEMÓRIA
DE
JOÃO GONÇALVES ZARCO,
1.º Capitão donatário do Funchal
E DE
TRISTÃO VAZ,
1.º Capitão donatário de Machico,
AMBOS COLONIZADORES E POVOADORES
DA
MADEIRA,
CONSAGRA ESTE LIVRO
O
AUTOR

Desta edição fez-se uma tiragem de 20 exemplares em papel especial, numerados, e marcados com o «ex-libris» do autor.

Composto e impresso na «Madeirense Editora, Lda.»
antiga Rua do Sabão, 72. Funchal.

As "Saudades da Terra"

É vulgar, vulgaríssimo mesmo, ouvir-se dizer e ver-se escrito que o dr. Gaspar Frutuoso, açoriano, falecido em fins do século XVI, é a maior, senão a única, autoridade em assuntos de história insular portuguesa. Com raríssimas excepções, todos que se tem dedicado ao estudo dos problemas insulares collocam acima de qualquer suspeita as afirmações seculares do doutor salamanquino. Dêle procede, portanto, quasi tudo o que se sabe da história das ilhas nos séculos XV e XVI—e muito pouco é, digamos de passagem. O Padre António Cordeiro, que em 1717 publicou a sua *História Insular*, volta e meia se arrima a Frutuoso, transcrevendo passos inteiros das *Saudades da Terra*. Vejamos, então, em primeiro lugar, o que é e de que consta esta obra célebre, para nos determos depois na

análise do Livro 2.º, que á história da Madeira particularmente interessa.

As *Saudades da Terra* são uma obra em seis livros, assim distribuídos:

1.º *Canárias, Cabo Verde e Índias de Castela*. Inédito.

2.º *Porto Santo, Madeira e Desertas*. 1.ª edição em 1873, Funchal. 2.ª edição em 1925, Porto.

3.º *Santa Maria*, 1.ª edição em 1922, comemorando o 4.º centenário do nascimento do autor.

4.º *S. Miguel*. 3 volumes, os primeiros dados á estampa em 1924 e 1926. Em 1876 publicára-se um excerpto com o nome de *História Genealógica de S. Miguel*.

5.º *História dos dois amigos da Ilha de S. Miguel*. Inédito.

6.º *Terceira, S. Jorge, Faial, Pico, Graciosa, Flores e Corvo*. Publicado em revistas.

De todos estes livros existiram, desde os fins do século XVI e em poder de particulares, apógrafos que todavia não conferem entre si. O Livro 2.º divide-se em 51 capítulos, que formam uma cousa sem plano, disparatada de cronologia, com retrocessos e repetições constantes; aí se misturam os assuntos realmente históricos com anedotas picarescas,—de maneira a realçar o acessório e o fútil em prejuizo dos factos principais, que só têm um desenvolvimento em meia dúzia de linhas. Fazendo uma divisão, por assuntos, dos 51 capítulos, teremos a seguinte estatística:

Genealogias—7 capítulos (1, 3, 20, 21, 29, 30, 31, 37 e *passim*).

Biografias—18 capítulos (1, 3, 20, 21, 28, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 49 e 50).

Lendas e historietas—5 capítulos (4, 19, *in fine*, 33 *in fine*, 36 e 47).

Descrições corográficas e topográficas—10 capítulos (7, 9, 13, 14, 15, 40, 17, 18, 19 e 51).

Descobrimento—5 capítulos (2, 5, 6, 12 e 51).

História eclesiástica—7 capítulos (31, 33, 35 *in fine*, 40, 41, 42 e 48).

Feitos dos capitães e de outros madeirenses, fora da terra—12 capítulos (3, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 34, 37, 43 e 50).

Factos que propriamente interessam á história local: 7 capítulos (14, 27, 32, 35, 44, 45, e 46).

Portanto, em 51 capítulos, apenas 7 são realmente crónica dos sucessos da Madeira (não falando no descobrimento e numa ou noutra informação sobre capelas, conventos e bispado). Esses 7 capítulos assim se distribuem: uma breve alusão a sesmarias; instruções do Infante, donde se tiram duas noções sobre agricultura regional; uma referência a certa dcação, da qual se infere a existência de saboarias pretas no arquipélago; e notícia do foral da vila,—mas tudo muito resumido e tudo no capítulo 14; no capítulo 27, governo de Tristão da Veiga; no capítulo 32, uma nota de como D. Manuel acrescentou os forais e mandou fazer a Sé e a Alfândega (dezanove linhas); no capítulo 35, relato da peste de 1521 e voto a S. Tiago menor (em dezasseis linhas); finalmente, nos capítulos 44, 45 e 46, o saque

dos franceses e o socorro que chegou tardio.

O resto, como vimos, são genealogias, pormenores biográficos, descrições geográficas, façanhas sem interesse—ou então páginas da história de Portugal na Africa do norte e no Oriente. Não era outra, aliaz, a idea de Frutuoso, quando no final do capitulo II escreveu: «contarei... mais particularmente o *descobrimiento* destas duas ilhas... e a *vida e honrosos feitos dos capitães*... deixando as *mais particularidades* (pois mais não pude alcançar saber) para quem delas quiser escrever particularmente.» E a abundante fonte de elementos históricos, como é costume considerarem-se as *Saudades*, fica assim reduzida a um fugitivo e delgado fio, a que sequiosamente os historiadores recorrem desde há quatro séculos, na ânsia de chegarem a saber alguma coisa. Se, ao menos, essa *alguma coisa* fôsse verdadeira!

Na substanciosa e exaustiva biografia que vem na edição comemorativa, o valor da obra frutuosiãna é em demasia alçapremado. (1) De acôrdo que o vigário da Ribeira Grande tivesse sido um humanista de muito largo saber: a vastidão dos seus conhecimentos pode até ter concorrido para o desequilibrio dos seus livros, se encarmos essa miscelânea, que até tem romance e tem versos, sob o ponto de vista puramente historiográfico. Mesmo o seu estilo, que nalgumas páginas assume

(1) Snr. Rodrigo Rodrigues. Livro 3.^o, pag. XI—LXXI.

certa elegância e saboroso pitoresco, é as mais das vezes desleixado, prolixo e confuso.

Certos trechos revelam já a influência do cultismo. O cap. LIV do Livro 4.º, final do § 2.º, tem um período de tão mau gosto que não resisto à tentação de o transcrever: «... ainda agora se atreve um cão a filhar um touro que um asno, porque o touro, se não acerta ferir com o corno (como muitas vezes acontece) não lhe faz mais mal, mas os asnos bravos mordiam muito com os dentes e magoavam muito mais com os coices, e desta maneira os prégadores que ladram com a palavra de Deus e doutrina do Evangelho mais asinha convertem e filham com ela um nobre e discreto, que um baixo e ruído.»

Quanto a exemplos de gongorismo, temos neste capítulo e seguintes vasto campo onde os ceifar: «agora muitos não tem meudos para comprar os meudos, quanto mais a carne» (pag. 33, vol. II do Liv. 4.º)... «Secou-se a hera de Jonas e a era dos anos» (pag. 38)... «não vestem os homens como podem nem podem como vestem» (pag. 49)... «com que tivera mão nela, já que não tinha mãos» (pag. 115)...; «uns princípios que não tiveram cabo nem fim, como o terem logo no começo» (Liv. 2.º cap. XXI) ... «como Deus é todo poderoso e bom, não só para fazer um bom, senão muitos (id. cap. XLII)... etc.

Outros tem gabado, como Ernesto do Canto (talvez em compensação de defeitos mais evidentes) a clareza e a verdade das deduções genealógicas de Frutuoso. Sempre tive por exagerada tal apreciação, mas fui descul-

pando mentalmente o autor com atribuir á *História Genealógica de S. Miguel* (que é um excerpto do Livro 4.^o) vícios de cópia que dessem origem á grande balbúrdia que por ali se nota. Ora o Livro 4.^o, no 1.^o volume apparecido em 1924 e cuidadosamente conferido com o original, mantém inalteráveis as incorrecções da edição fragmentária. Exemplifiquemos com o começo do capítulo XXXIV, que se refere aos Ferreiras:

«Branca Afonso Drumonde, filha de D. João de Drumonde, Senhor de Escobal, em Escórcia, era mãe de Gonçalo Aires Ferreira, o velho, da Casta Grande, da Ilha da Madeira, e irmã de Gonçalo Aires Ferreira, que foi companheiro de João Gonçalves Zarco, seu parente, 1.^o capitão da Ilha da Madeira, no descobrimento dela; o qual Gonçalo Aires Ferreira, filho de Branca Afonso e sobrinho de Gonçalo Aires Ferreira de Drumonde, que descobriu com o primeiro capitão a Ilha da Madeira...»

E assim por diante, na mesma trapalhada, de fazer endoidecer o mais paciente investigador. O menos versado em nobiliários madeirenses não terá dificuldade de perceber que Frutuoso mete aqui atarantadamente os pés pelas mãos; e quem diz neste capítulo di-lo igualmente em muitos outros do livro.

As versões sôbre o Descobrimento no li- vro de Frutuoso

Para se comprehender alguma coisa, se é que se chega a comprehender, do enigmático descobrimento da Madeira narrado por Gaspar Frutuoso, necessário é lêr todo esse capítulo II de lapis em punho, anotando cuidadosamente os pormenores, e depois conferir com os capítulos IV, V e VI, que dêle são desenvolvimento.

O título do capítulo—*Do que escreve João de Barros do descobrimento... e outras opiniões que dêle tem outros Autores* parece indício de que Frutuoso vai adoptar a versão do celebrado quinhentista, embora, por um caso de probidade, refira também as opiniões que sôbre o mesmo facto outros autores expuseram. Na verdade, o nosso historiador lheu,

tendo lido a primeira década da *Ásia*, escrita pelo Tito Lívio português e impressa em 1552, dela extrái uma sùmula de eventos com que se alarga até meio do capítulo: e assim, o Infante D. Henrique, á volta de Ceuta, teria ordenado expedições marítimas para além do cabo de Não. Como elas fôssem mal succedidas, dois cavaleiros da sua casa (João Gonçalves, Zarco de alcunha, e Tristão Vaz, este de menos idade) «vendo os desejos que éle (Infante) tinha de descobrir terra» pediram-lhe os mandasse em uma barca. D. Henrique, «vendo suas boas vontades e conhecendo déles serem homens para qualquer honrado feito pela experiência que tinha de seus serviços, mandou-lhe (lhes, na moderna gramática) armar um navio»--dando instruções de correrem a costa de Berberia até além do temeroso Bojador. Aconteceu, porém, que o vento os desviou para o «pego do mar» e aprouye a Deus que achássem uma ilha a que chamaram Porto Santo. Regressaram a Portugal com a informação e voltaram depois em três navios (num dos quais já vinha Perestrelo) com intuito de povoarem a ilha. Perestrelo, pôr causa da história da Coelha, desiste cedo da colonização. Os outros dois, mais afortunados, ficam; e num dia em que o mar estava bom, resolvem ir ver se era terra a grande sombra que se desenhava ao longe. Assim se passaram á outra ilha em dois barcos. Vindo eles outra vez ao reino com mais esta notícia, o Infante, com o real consentimento paterno, entre eles reparte a Madeira e a Perestrelo dá inteiro o Porto Santo.

Até aqui é versão de João de Barros. De raspão, logo no começo do capítulo, cita Frutuoso, o grave cronista Damião de Goes, mas apenas para dizer como éle que a idea de conquistar os Algarves de além mar (ampliada mais tarde com as empresas ultramarinas) ocorrera a D. Henrique *quatro anos* depois de Ceuta—visto que Barros não fôra tão preciso, limitando-se a declarar que isso teria subedido depois que «D. João de gloriosa memória... por força de armas tomou a cidade de Ceuta aos mouros». Cita Frutuoso mais adiante ao mesmo Goes por causa dum esclarecimento filológico sobre a origem do nome de Sagres. E não mais torna a falar no autor da *Cronica do Príncipe D. João*. Ora este último livro, publicado em 1567, incluí tambem uma versão do descobrimento do arquipélago madeirense, mais ou menos semelhante ás anteriores. Todavia Goes acrescenta a Tristão Vaz o apelido Teixeira (o que até aí ninguém fizera) e diz que o Infante deu o comando do navio a Zarco, por este ser mais velho, o que constitue tambem uma inovação. Mas Frutuoso não refere nada disto, e portanto passemos adiante! (1)

A meio d'este célebre capítulo II, ao finalizar a opinião de Barros, escreve Gaspar Frutuoso: e o mesmo João de Barros diz que Gomes Eanes da Zurara, cronista destes reinos, em somma conta que João Gonçalves e

(1) Mais além, contando que, segundo alguns, Zarco ylera por capitão, parece encostar-se á versão de Damião de Goes.

Tristão Vaz descobriram a ilha da Madeira. Isto é, o autor das *Saudades* não conheceu a versão de Zurara, porque a menciona (sem a desenvolver) através do autor da *A'sia*. E, na verdade, de outra forma não poderia ser. A *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, escrita por Gomes Eanes, só foi publicada em 1840, em Paris, pelo visconde da Carreira, tendo o visconde de Santarém escrito um prefácio e anotado o texto. Barros conheceu-a no manuscrito, e dela copiou o que se referia ao descobrimento das ilhas atlânticas,—alargando-se um pouco mais, para fazer brilhar as qualidades do seu estilo. Não tendo, portanto, conhecido o original de Zurara, que é cronologicamente o primeiro que se refere ao caso, Frutuoso começa em Barros, cita de fugida, como vimos, a Goes (cuja opinião nem transcreve) e salta logo para António Galvão e para o manuscrito do cônego Leite. E aqui é que elle se perde.

Se Barros e Goes merecem pouco crédito, por se estribarem em Gomes Eanes, que devemos pensar do filho do cronista Duarte Galvão? A versão de Zurara, que se tornou, por assim dizer, official, ainda se explica e se admite como uma fraude necessária. Hoje não constitue novidade falar-se no sigilo mantido pela corôa àcerca das empresas maritimas dos séculos XV e XVI. Que a crónica de Zurara foi emendada e acrescentada, por imposição régia, para servir de prova junto do Papa, árbitro de então, contra as pretensões castelhanas, não repugna inteiramente acreditar. E que nenhum cronista merece absoluta

confiança, é ponto também agora assente na historiografia nacional. (1)

Mas o que não se compreende nem admite, é a narrativa de António Galvão. Este homem compôs um livro, cujo título completo é assim: *Tratado dos diversos e desviados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e a especiaria veio da Índia às nossas partes e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em a era de 1550*. Foi impresso em 1563. E' nele que aparece a história de Machim. Pela primeira vez? Acreditou-se que sim, durante muito tempo. Depois, com a publicação da *Life of Prince Henry the Navigator* de Major, soube-se que havia na biblioteca de Munich um códice pertencente ao espólio de Valentim de Morávia ou Valentim Fernandes, impressor alemão que viveu em Lisboa no século XVI; desse códice faz parte um manuscrito, em português, da autoria do dito Valentim Fernandes e no qual se conta a mesma história de Machim, com notáveis variantes. Tendo-lhe Major atribuído a data de 1508, o impressor alemão teria sido o primeiro *machimizante* da Madeira. Porém Camilo, nos artigos polémicos que dirigiu a Pinheiro Chagas (2) demonstrou que Valentim podia ter vivido até

(1) Sr. Jaime Cortezão: *Lusitania*, fasc. 1.º. Sr. Malheiro Dias: *Introdução à Hist. da Colonização Portuguesa do Brasil*.

(2) *Sentimentalismo e História*, apud Eusébio Márcario.

1577, fazendo notar, além disso, que o manuscrito não tem data. De tudo se pode concluir—e mais com Teófilo Braga, que opta por uma *lenda local* (1) quanto à génese da citada história—que nem Galvão nem Valentim foram inventores, mas sim divulgadores dum romance sem base histórica, que só teve voga cem anos depois de colonizada a ilha.

Foi pois no livro de Galvão que Gaspar Frutuoso o leu.—e igualmente viria relatado no manuscrito do Cônego Leite, recebido do Funchal; e logo esse homem, que a posteridade elevaria à situação de historiador das ilhas, pôs de parte a versão, mais séria sem dúvida, dos cronistas anteriores sobre o achado da Madeira; e, desenvolvendo por sua vez a lenda machiniana, compôs o final do capítulo II, por sinal extremamente confuso.

O caso dos dois amantes ingleses não precisa já de refutações. Alvaro de Azevedo o desfez completamente, se bem que apoiando-se na afirmação, pouco segura aliaz, de que Zurara e seus continuadores é que estavam de posse da verdade. Mas o episódio de Machim destroe-se por si mesmo, pelas contradições dos próprios cronistas que o relatam (e Frutuoso a todos leva a palma!) e até porque tal lenda tem todo o ar de pertencer a um romance do ciclo bretão, com seu herói de nome terminado em *im*,—romance fácil de desenvolver-se num ambiente de Tristões,

(1) *Poetas Palacianos*.

Lançarotes e Isoas como era a cõrte do donatário de Machico. (1)

Em conclusão: foram dois escritores do século XVI, Galvão e Frutuoso, quem embrulhou a história singela do descobrimento do arquipélago;—descobrimto feito por homens do Infante, mas cujos nomes não chegaram até nós. Zarco e Tristão foram apenas povoadores. Os cronistas anteriores, Gomes Eanes e Barros, deixarã ingenuamente transparecer a verdade. Assim Zurara, ao capítulo LXXXIII da sua citada *Crónica da Guiné*, pôs este título comprometedor: «*Como foi povoada a ilha da Madeira...*», o que não condiz inteiramente com o texto. Mas o mais decisivo é Diogo Gomes de Cintra, moço da câmara do Infante, e a cuja relação em língua latina, que faz parte do citado códice de Valentim Fernandes, me referirei adiante com a pormenorização que merece. Também Duarte Pacheco Pereira, contemporâneo de D. João II e D. Manuel, nada adianta no seu *Esmeraldo de situ orbis*, limitando-se a dizer que o Infante «descobriu a ilha da Madeira no ano de Nosso Senhor de mil CCCXX e a mandou povoar.» (2)

As pessoas do nosso tempo, com a necessidade fisiológica do *heroi* e uma noção muito particular de *heroismo*, não compreenderão talvez que se possa negar a João Gonçalves e

(1) Sobre a quantidade de portugueses chamados *Machini*, veja-se o folheto do sr. Jordão de Freitas, *Quando foi descoberta a Madeira?*, pag. 11 e 12.

(2) Liv.º I, cap. 33.

a Tristão o seu papel de descobridores, sem prejuizo nenhum para a perfeita glória de ambos. Todavia, ella é muito maior se os encarmos como povoadores e colonizadores, — porque a glória dos descobrimentos, fôsem elles executados por quem fôsem, cabe inteira ao cérebro dirigente, que os concebeu e ordenou, ao immortal Infante D. Henrique.

A "Relação" de Diogo Gomes

No *Boletim da Sociedade de Geografia* Gabriel Pereira conta assim a história d'este manuscrito: «As duas narrativas de Diogo Gomes, almoxarife do paço de Sintra, referem-se ao descobrimento da Guiné, e ao das ilhas Canárias, Açores, Madeira e Cabo Verde. Ele contou essas viagens e aventuras a Martinho de Bohémia, este escreveu-as em latim. Valentim Fernandes Alemão transcreveu-as na sua colecção de notícias sôbre os descobrimentos e estabelecimento dos portugueses na África e Ásia, que formam um códice que de há muito existe na biblioteca real de Munich; Um grande investigador alemão, o dr. Schmeller, imprimiu um folheto em 1845, descrevendo minuciosamente o códice de Valentim Fernandes. . . . Nesta publicação tornou conhecidas as duas narrativas de

Diogo Gomes, pois as transcreve na íntegra com algumas alterações no latim, de Martinho de Bohémia, a que elle chama espécie de língua franca da idade média.» (1)

Hoje existe um traslado do códice de Munich, na Biblioteca Nacional de Lisboa, sobre o qual se fez a tradução portuguesa. Quem divulgara Diogo Gomes fôra primeiramente o escritor inglês Richard Henry Major, biógrafo do Infante D. Henrique, mas principalmente para tratar do descobrimento de Cabo Verde. Alvaro Rodrigues de Azevedo, no último fascículo das suas *Notas às Saudades da Terra*, fez uma rápida alusão ao escrito do dr. Schmeller, porém só para discutir o caso de Machim. Em 1902, na *Revista Madeirense*, o sr. Alberto Sarmiento transcreveu o que Diogo Gomes dissera das Selgens, declarando que fazia esse extracto da *Enciclopédia das Enciclopédias. No Elucidário Madeirense* (artigo *Descobrimento*) fala-se de Diogo Gomes de Sintra, observando-se apenas que na narrativa d'este e na de Cadamosto «não se encontram quaisquer afirmações que contrariem as terminantes asserções dos historiadores citados, particularmente Eanes de Azurara.»

Assim a narração *De insulis primo inventis in oceano occidentis*, na parte respeitante ao arquipélago da Madeira, foi passando despercebida, como se ella nada adiantasse ou não

(1) *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 17.^a série, 1898—1899, n.º 5. Lisboa, 1900. Pag. 267. Tradução de Gabriel Pereira.

divergisse das versões oficiais. Por causa de Frei Gonçalo Velho, pseudo descobridor da Terra Alta e dos Açores, dois escritores encararam diferentemente a probidade e a lógica da narrativa do almoxarife de Sintra: o sr. Aires de Sá considera Diogo Gomes absolutamente verídico (1), o sr. Ferreira de Serpa faz-lhe pelo contrário grandes restrições (2). A narração de Diogo Gomes pode dividir-se em duas partes: o descobrimento e a povoação. Quanto à primeira é bastante lacónico, mas o que aí diz é bem diferente da versão de Zurara: «No tempo do Infante D. Henrique, uma caravela, cortendo com tormenta, viu uma ilha pequena, a qual está próxima da ilha da Madeira, que se chama agora Porto Santo, não povoada.» Quem tripulava a caravela? Não o diz; presume-se apenas que eram homens do Infante. E a seguir: «Pouco tempo depois mandou o senhor infante uma caravela para visitar e examinar a ilha descoberta de Porto Santo, onde foi por piloto Afonso Fernandes, de Lisboa, e entraram nela. E passaram directamente à ilha agora chamada da Madeira.... Voltaram ao senhor infante dando-lhe esta nova, o que muito o alegrou.»

Pouco mais do que isto. Onde está então João Gonçalves Zarco? Porque é que Diogo Gomes, navegador e descobridor, menciona só o nome dum piloto, em vez de citar *os nave-*

(1) *Carta-Prólogo aos Estudos de Cartografia do Visconde de Santarém.*

(2) *Descobrimento do Arquipélago dos Açores.*

gadores Zarco e Tristão, como fazem os cronistas da côrte? E porque é que êle assim procede, êle que assistiu à empresa dos descobrimentos, tendo sido muito privado do Infante e de D. Afonso V? A razão a dá mais adiante, quando descreve a maneira como a ilha foi povoada: «Não muito tempo depois um cavaleiro, familiar e criado do senhor infante, de nome Joham Gonçalves Zarco, não muito abastado, pediu a capitania daquela ilha ao senhor infante, dizendo que iria para ali com sua mulher e família, e a povoaria. Agradou isto ao senhor infante, e preparou caravelas, mandando vacas, porcos, ovelhas e outros animais domésticos, e foram desembarcar ao sobredito lugar de *Funtschal*.»

Quanto a Tristão Vaz conta o seguinte: «Pouco tempo depois um cavaleiro de nome Tristão requereu ao senhor infante que lhe desse outra parte da ilha da Madeira, também óptima terra para povoar, agora chamada *Matschico*.»

Segundo o testemunho de Diogo Gomes, o piloto da caravela inspeccionadora foi Afonso Fernandes, de Lisboa. Tenho encontrado este nome muitas vezes, mas sempre sem probabilidade de ser o mesmo mencionado pelo almoxarife, que também não refere quem capitaneava a embarcação.

O que é certo, todavia, é que êle afasta totalmente a hipótese do descobrimento ou reconhecimento por João Gonçalves Zarco, que nem era navegador. Cavaleiro *não muito abastado*, saube do propósito em que estava o Infante de mandar povoar a Madeira e viu

nisso, uma forma de desafogar a sua vida, quiçá de enriquecer e prosperar. Outro-sim Tristão Vaz, cavaleiro também da casa do Infante. E tão convencido estava Diogo Gomes de que Zarco fôra simplesmente povoador, que noutra parte da sua relação, falando das Canárias e de D. Maria de Bettencourt, filha de Misser Miziot, diz que o Infante a deu em casamento a um certo fidalgo de sua casa, filho de João Gonçalves, que foi o primeiro que povoou a ilha da Madeira.

Esta insistência afasta todas as dúvidas quanto ao seu pensamento sôbre o assunto. E como isto condiz perfeitamente com o revelado pelo Infante e pelos Reis nas suas cartas de mercê,—que pode a opinião isolada do cronista Gomes Eanes, onde João de Barros se informou para espalhar por sua vez uma versão tão inconsistente e artificial? (1)

(1) O sr. Marechal Gomes da Costa, no seu livro *Descobrimientos e Conquistas*, vol. I, dedica um capítulo (o VI) ao Porto Santo e Madeira. Aí fala repetidas vezes da chamada *relação* de Diogo Gomes, de que o autor parece ter conhecimento através do prefácio do livro do 2.º Visconde de Santarem, *Estudos de Cartografia Antiga*,—prefácio que o sr. Marechal Gomes da Costa atribue inadvertidamente a Santarem (a quem chama «senhor visconde», na persuasão de que se trata do descendente e actual titular) quando afinal essa larga e substancial introdução é escrita e assinada pelo sr. Aires de Sá.

Logo no começo do capítulo, o Sr. Gomes da Costa intercala na narrativa de Diogo Gomes um trecho assim concebido: «Nesta caravela iam João Gonçalves Zarco, um nobre homem, o qual fôra cavaleiro no cerco de Tanger, em uma batalha que o Infante venceu em uma

quinta-feira, e Tristão, o qual também fôra cavaleiro em uma cavalgada que se fez em Ceuta.* Esta passagem, assim entremeada na tradução do *De primo inventis*, dá a entender que é também de Diogo Gomes,—o que, além de não ser verdade, destroe por completo as conclusões que o Sr. Gomes da Costa porventura quizeria extrair. O mesmo escritor, depois de mais adiante referir a versão de Barros, tão oposta á do almoxarife de Sintra, a deixa sem refutação, colidindo com a anterior, e com a agravante de atribuir ao venerável autor das *Décadas* meia dúzia de românticos e retóricos períodos de prosa impressionista. Por fim acrescenta: «em 421 o Infante recomeça as expedições com João Gonçalves Zarco.... e com Tristão.... Parece que perderam o rumo da Guiné e foram surgir na ilha que depois se chamou Porto Santo...» e aqui cai outra vez no erro, depois de haver entrevisto a verdade! Também attribue infundadamente a capitania de Machico a Perestrelo,—a quem no título, por lapso, chama Rafael.

O manuscrito de Gonçalaire

Em muitos e diversos lugares do Livro 2.º das *Saudades*, nos fala Gaspar Frutuoso em um manuscrito que lhe enviou o cónego Jerónimo Dias Leite, residente na diocese do Funchal. Logo no capítulo II se lhe refere nestes termos: «a escritura que tem os herdeiros de João Gonçalves..... Na mesma história e informação dos illustres capitães da Ilha da Madeira, que de pena anda escrita e eu a alcancei vér por meio do muito reverendo e curioso padre Hieronymo Diaz Leite, cónego na Sé da cidade do Funchal, que a coligiu e compôs». No capítulo XXX faz-lhe a seguinte menção: «... historia recompilada ou coligida (depois de composta brevemente primeiro por G.º ayres ferreira) com mais curiosidade e erudição pelo reverendo cónego Hieronymo Leite, capelão de Sua Mag.de...»

Finalmente, no capítulo L, falando do 2.º Conde da Calheta e 6.º capitão João Gonçalves, dêle diz que «trazia no seu escritório o descobrimento da ilha da matr.^a, o mais verdadeiro que se até agora achou, o qual dizem que foi feita por g.º ayres ferreira, que foi a descobrir a mesma ilha com o pr.º capitão João Glz Zarco; e como este descobrimento competia aos capitães da dita ilha, eles traziam nos seus escritórios como cousa hereditária de descendentes». E, a seguir, conta Frutuoso como obteve o almejado manuscrito: «sendo pedida informação desta ilha da Madeira, de minha parte, ao rev.º cônego da Sé do Funchal Jerónimo Dias Leite; tendo-o êle visto em poder do dito capitão João Glz da Câmara, lho mandou pedir a Lisboa, onde então estava, e êle o mandou trasladar pelo seu camareiro Lucas de Sá e lho mandou escrito em trez folhas de papel da letra do dito camareiro; e por sua carta (porque o descobrimento não faz menção disso) lhe mandou dizer que Gonçalo Aires Ferreira... escreveu tudo aquilo que viu pelos seus olhos, e, como não era curioso nem homem douto, o notara com ruda miuerva e mal composto, pelo que, ajudando-se o dito cônego dos tombo das câmaras de toda a ilha, que todos lhe foram entregues, concertasse e recopilasse tudo o melhor que pudesse, como de feito doua e curiosamente recopilou e compôs».

Pouco mais adiante volta á carga: «E o g.º aires ferreira... dizem que fez o descobrimento da ilha da Madeira na verdade escrito (como disse) em três folhas de papel que

o reverendo cônego... depois recopilou, e lustrou com seu grave e polido estilo e escrito em onze folhas de papel mo enviou, sendo-lhe pedido de minha parte por intercessão, etc.» Temos, pois, que segundo a declaração de Frutuoso, Gonçalo Aires, companheiro de Zarco, escrevera o descobrimento em três folhas de papel; e que o douto e curioso Jerônimo Leite, depois de o lustrar e acrescentar, o mandou escrito em onze folhas de papel. São, portanto, oito as folhas de papel acrescentadas pelo cônego à relação inicial—e nessas oito folhas, além do que apurou dos tombos das câmaras (se é que os chegou a compulsar) teria contado á sua maneira a então muito divulgada e apreciada história de Machim. Mas o que nos interessa é o manuscrito original, attribuido a Gonçalaire. Existiria na verdade, semelhante papel?

Quem primeiro o menciona não é Frutuoso, é João de Barros. Este historiador faz referência na sua *Asia* a uma relação existente em poder da família de Zarco. (1) Pode ser verdade ou não ser: o mesmo Barros tambem apresenta a sua *Crónica do Imperador Clarimundo* como traduzida do húngaro e revelada por um fidalgo alemão. E todavia isto é simulado. Vem depois Frutuoso e attribue o manuscrito a Gonçalo Aires Ferreira. Mais tarde, D. Francisco Manuel de Melo, desconhecendo talvez o que dissera o autor das *Saudades* (pois a *História Insular* de

(1) Década I, livro 1.º, Cap. III.

Cordeiro, que as copiou largamente, só appareceu no século XVIII) vem falar num manuscrito composto por Francisco Alcoforado, com todos os visos de cousa fictícia. Por fim Henry Major architecta a seguinte explicação: o manuscrito, revelado primeiramente por Barros, é o de Alcoforado e estava em poder do autor das *Epanáforas* por ser D. Francisco Manuel descendente, e representante (o que não é inteiramente verdade) de João Gonçalves Zarco.

Temos, pois, contraditórias e imprecisas referências a um documento, cujo autor não é sempre o mesmo: o Conde da Calheta, segundo Frutuoso, comunica *por carta* ao cônego Leite que foi Gonçalo Aires quem escreveu *tudo aquilo*; Melo, meio século depois, dá a paternidade a um Francisco Alcoforado. São testemunhos pouco suficientes. É certo que a *Epanáfora amorosa* (como o *Imperador Clarimundo*) não passa de obra puramente literária. Mas que são, afinal de contas, as *Saudades da Terra*, senão em grande parte, também, uma peça de imaginação, mormente no Livro 5.º? É assim não repugna acreditar que Frutuoso, imitando ao autor da *Ásia*, de quem parecia mui devoto, inventasse por sua vez um manuscrito, — justificando-o então com a embrulhada história das três folhas de papel do cartório dos Câmaras, mais as oito do douto eclesiástico e mais a carta do Conde da Calheta, espécie de certificado de garantia. De mais a mais o apógrafo de Gonçalo Aires (copiado por Lucas de Sá) desapareceu, e o autógrafo, se é que existia, também, pois com

certeza não era o manuscrito de Melo—que, de resto, ninguém jamais descobriu, apesar das diligências nêsse sentido empregadas pelo autor da *Life of the Prince Henry*. (1)

Do que se pode inferir que nem um nem outro existia, e à prova, quanto ao primeiro, está no capítulo L do livro de Frutuoso. Porque, contando ali que o 6.º capitão e 2.º Conde da Calheta escrevera uma carta ao cônego Leite ao mesmo tempo que o seu camareiro enviava a cópia do manuscrito, o autor informa também: «*mandou dizer que Gonçalo Aires Ferreira fôra um dos criados que o Zarco, primeiro capitão, lá levaria . . .*» o que motivou grave celeuma com os herdeiros de Gonçalo Aires, que se consideraram ofendidos pelo lugar subalterno e servil a que o descendente de Zarco relegava o tronco illustre da Casta Grande. Esta ignorância da qualidade de Gonçalaires, em que laborava o 6.º capitão João Gonçalves (se é que o não fazia de má fé) ao mesmo tempo que lhe dava a autoria dum escrito de tanto valor e responsabilidade, demonstra já por si a inexistência dêste, e leva-nos á suspeita de que o papel enviado ao cônego não passaria dum mero trabalho genealógico. Tudo o que respeita ao descobrimento ter-lhe-ia sido acrescentado pelo mesmo prebendado Leite, quo era parti-

(1) No *Catálogo dos preciosos manuscritos da Biblioteca dos Marqueses de Castelo Melhor* publicado em 1878, de autor anónimo, não se faz referência ao ms. de Gonçalo Aires. A casa de Castelo Melhor, como se sabe, guarda a sucessão dos Condes da Calheta.

dário da história de Machim e a relatava certamente no seu «grave e polido estilo».

A verdade é que os Câmaras nunca consideraram o Livro 2.^o das *Saudades* senão como um nobiliário próprio. Assim o célebre Padre Martim Gonçalves, tio do 6.^o capitão e vivo á data em que Frutuoso escreveu o seu trabalho (no qual o mesmo jesuita é bastante incensado), possuía e guardava em grande estima uma cópia, que passou depois para a casa de S. Roque da Companhia de Jesus e veio finalmente ter á Biblioteca da Ajuda. Outra cópia (hoje pertença do sr. Rodrigo Rodrigues) contém a «continuação das famílias que derivam dos illustres capitães» — e parece que foi mandada fazer por Gastão José da Câmara Coutinho e Ataíde, do ramo chamado dos Senhores da Ilha Deserta. O mesmo se pode dizer dum manuscrito que existiu no Paço Episcopal do Funchal. (1)

(1) *Noticias da Madeira desde o seu segundo descobrimento pelo Zarco*. Ms. que pertenceu a D. Patricio Xavier de Moura, bispo que foi desta diocese. E' posterior ás *Saudades da Terra* a cujos Livros 4.^o e 5.^o allude num dos seus capitulos e de cujo Livro 2.^o é uma cópia amplificada e corrigida. Traz, no fim, a descendência, por linha masculina, dos capitães do Funchal. E' todavia, em certos pontos, mais perfeito que esta obra, e mesmo mais completo quanto aos povoadores da Madeira. Traz o nome da filha mais velha de Zarco, Helena Gonçalves da Camara, mulher de Martim Mendes de Vasconcelos, e que no livro de Frutuoso não vem, evidentemente por lapso. Não tem os nove capitulos sobre Tristão da Veiga, como tambem acontece, por exemplo, á copia das *Saudades* que está na Biblioteca da Ajuda. Este ms. foi publicado no «Heraldo da Madeira», começando no n.^o 361 de 1 de Novembro de 1905.

Em resumo: como a tradição pretendia que existisse um manuscrito em que se relatava o descobrimento, vários escritores se arrogaram a glória de o ter compulsado. Não há nenhuma prova segura da existência desse documento, nem do autor dêle. O 2.º Conde da Calheta, enviando ao cônego Leite *três folhas de papel*, sugere-lhe, por carta (pois o manuscrito disso não faz menção) que tudo aquilo fôra escrito por Gonçalo Aires Ferreira, *criado de João Gonçalves* (!) O cônego Leite junta-lhe mais oito folhas de papel, põe tudo em «grave estilo» e conta a história de Machim, que evidentemente não estava nas três folhas de papel recebidas. Que se deve concluir? Que era tudo uma ficção, á moda do tempo (moda que durou até ao romantismo) e que nunca houve manuscrito de Gonçalaires Ferreira.

Quanto ao trabalho do cônego Dias Leite, é sem dúvida certa a sua existência e é este prebendado eclesiástico quem tem maior culpa em tudo o que Frutuoso conta de menos verdadeiro sôbre a Madeira. Existe, na Biblioteca Municipal do Funchal, um apógrafo do seu manuscrito. (1)

(1) *História do Descobrimento da Ilha da Madeira e da descendência nobilíssima de seus valerosos capitães*. Ms. existente na Biblioteca Municipal do Funchal. Lêtra do século XVIII, encadernação em pergaminho. 89 páginas. No século passado imprimiram-se 32 páginas, de que há exemplar na mesma Biblioteca, mas sem frontispício. Traz também o nome da filha mais velha de Zarco. Deve ser trasladado de um que o cônego Jerónimo Dias Leite compôs e enviou a Gaspar Frutuoso, pois

êste último, no Livro IV das *Saudades*, capítulo LXVI § 2.º, diz que na *relação dos capitães da Madetra* se confunde o 3.º capitão donatário de S. Miguel, Rui Gonçalves da Câmara, filho segundo de Zarco, com o seu homónimo, neto e 5.º capitão, que foi quem esteve em Arzila em 1510. Repete o mesmo no § 2.º do capítulo LXVIII;—ora este ms. insere o erro a que se refere Gaspar Frutuoso. Abre com a história de Machim e termina com Simão Gonçalves, 2.º do nome. Álvaro de Azevedo possuiu também um apógrafo (que talvez fôsse êste), conforme diz nas *Notas* à 1.ª edição das *Saudades*, quando trata dos *escritos que se referem ao caso de Machim*, sendo êle também de opinião que é o escrito do cônego Leite. *

Cartas régias que desmentem o descobrimento da Madeira por Zarco e Tristão e provam apenas que êles foram povoadores

Carta de confirmação da doação das ilhas ao Infante D. Henrique, passada por D. Afonso V: . . . E disenos o dito ynfante meu tyo que, resgoardamdo elle como Joham gommallues Zarquo, caualleyro de sua casa, fora ho primeyro homê que, per seu mandado, fora poborar as ditas ylhas; & despois que em ellas estouuera atee ora fizera nellas fazer grande poboraçom. . . . Esta carta régia tem a data de 16 de agosto de 1461 e nela se incluye a carta do Infante D. Henrique, de 1 de Novem-

bro de 1450, que concede a Zarco a capitania do Funchal. Esta última diz assim em certa altura: «Eu dou carreguo a Joham gomçallues Zarquo, caballeyro de minha casa, da minha ylha da madeyra de a terra dees de quem...» (segue a delimitação). E mais adiante: «Eu fiz esta merçee a o dito Joham gomçallues por elle ser ho primeyro que, per meu mandado, a dita ylha poborou e per outros muytus seruiços que me fez...» A confirmação de D. Afonso V está registada no Arquivo da Câmara do Funchal, tomo I, fls. 128v.-132.

Carta pela qual D. Afonso V concedez a Zarco bração de armas e apelido novo: «... abendo nos çerta sabedoria dos muytos leaaes serbiços que Joham gomçallues de Camara de lobos, Caballeyro creado do yffante dom amrique, meu muyto presado & amado tyo, ha feytos em tempo de nosso aboo & padre, progenitores nossos que Deos aja, assy em a dita çidade de çepa como em tanger, homde sse elle ouve muy grandemête em os feytos das armas contra os infieis; & isso meesmo fazendo nos ante muytos serbiços per outras muytas maneyras; & das quaes cousas consyradas per nos, querendo lhe fazer merçee em remuneraçom de sseus boõs serbiços, lhe damos insineas de nobreza e appellido... etc.»

Esta carta é de 4 de Julho de 1460 e está registada no Livro da Armaria, na Torre do Tombo, Livro III dos místicos, fls. 56 v. e Livro das Armas fl. 17. No manuscrito *Noticias das cousas da Madeira depois do seu segundo descobrimento pelo Zarco* se diz que este documento foi passado a favor de João Gonçal-

ves, 2.º capitão, e na verdade o nome do agraciado, tal qual aparece na carta de mercê, faz á primeira vista tal cousa imaginar. Acrescenta o autor anónimo que D. Afonso V mandou ao filho de Zarco que tomasse esse apelido novo e novo bração de armas,—porque o do pai era simplesmente uma cruz e um escudo. Esta última asserção não foi, que eu saiba, repetida por mais niuguem, nem o tal primitivo bração se encontra registado. O *Elucidário Madeirense*, volume I, pag. 175, diz que a mercê foi concedida ao pai; na pag. 178 contradiz essa afirmativa, fazendo ao 2.º donatario a attribuição do bração de armas.

Que a mercê diz respeito a Zarco, provam-no vários argumentos: 1.º—a data do documento, que é de 1460. No ano seguinte o mesmo monarca confirmou a João Gonçalves Zarco a posse da capitania, por carta régia de 16 de agosto de 1461, atraz reproduzida em parte. (Esta confirmação é, de facto, em favor de Zarco e não do filho; porque, quanto a éste, existe uma carta de D. João II, confirmando-o na posse da Capitania do Funchal. Tem a data de 30 de Junho de 1484 e acha-se registada na Torre do Tombo, Cancellaria de D. João II, livro 22, fl. 28). Ora, se em 1461 Zarco era ainda capitão donatário, lógico será que a mercê de 1460 lhe diga respeito e não ao filho. 2.º—D. Afonso V, na mencionada carta, chama ao agraciado cavaleiro da casa do Infante D. Henrique, título que sabemos ter sido sempre dado ao primeiro donatário. 3.º—nesse documento fala-se dos feitos em Ceuta e Tânger, lugares onde Zarco realmente esteve.

O filho esteve também em Ceuta, onde casou, e em Arzila e outras partes, como diz Frutuoso, mas em Tânger não consta que pelejasse, nem na derrota de 1437 nem na tentativa frustrada de 1464—aliás já fora da nossa hipótese.

Na carta de doação da capitania de Machico a Tristão Vaz, também se lhe chama apenas *povoador e cavaleiro da casa do Infante*. Este documento tem a data de 8 de Maio de 1440 e acha-se registado na Torre do Tombo, fls. 21 do Livro das Ilhas. Azevedo, em as citadas *Notas*, declara não o ter encontrado, e por isso o transcreva do manuscrito anónimo (que elle erradamente supõe ser de Henrique Henriques) intitulado *Memórias sobre a criação e aumento do estado ecclesiástico da Ilha da Madeira*. Na publicação *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, onde se dá notícia do referido documento, aparece o nome de *Tristão Teixeira*; todavia é erro do autor dêsse índice, porque no original só está a designação de «tristamcaualleiro», conforme amavelmente me informou o sr. dr. Laranjo Coelho, illustre funcionário da Torre do Tombo, a quem fiz uma consulta nesse sentido.

Tambem o Infante D. Henrique, na carta da sua doação das ilhas á Ordem de Cristo, se refere ao facto do povoamento: «... Comecei de poborar a minha ylha da madeyra averá trinta e cinco annos e isso meesimo a do Porto Santo; e, deshi, prosseguindo, a Deserta...» Esta carta é de 18 de Setembro de 1460, pouco tempo antes do falecimento do doador.

Carta de D. João II aos moradores da

Madeira, na qual se transcreve outra de D. João I sobre a divisão das terras: . . . «O Provedor das Camaras da dita ylla & dos moradores & vizinhos della, me apresentou uma petição feyta em uoso nome & com ella um capitulo de uma carta de mercee que El-Rey, meo Bisauou e senñor que santa gloria aja, deo, concedeo & outorgou pera sempre, teor he:—Item, hemos per bem e nos praz de doar & fazer graça & mercee como per esta damos e doamos pera sempre dos sempre a os nouos poboradores da dita ylla da Madeyra, que per noso mandado Joham gonçalves Zarquo foy destrebuir, que as terras lhe (lhes) sejam soo méte dadas forras sem pensom algũa aaquelles de mor calidade & a os de menos (calidade) que uiuam de seu trabalho. . . »

Esta carta, que tem a data de 7 de Maio de 1493, Azevedo reproduz-na na íntegra e diz que a encontrou numa Miscelânea manuscrita, mutilada e sem rosto; diz ainda que ela se encontra igualmente no manuscrito do Padre Neto, na *Gazeta dos Tribunais* n.ºs 322 e 323 e no período madeirense *Revista Judicial*, em seu n.º 4. A Miscelânea a que Azevedo alude, talvez seja o *Index Geral do Registo da Antiga Provedoria*, manuscrito que o *Heraldo da Madeira* começou a publicar em 1907, desde o n.º 755, de 7 de Março. Aí se informa que a carta em questão foi registada no Liv. I das Vereações da Câmara de Machico, hoje perdido, e no Liv. 13 da Provedoria da Alfândega do Funchal. O sr. Damião Peres faz-lhe também referência no seu opúsculo *A Madeira sob os Donatarios*, pag. 17.

Outra carta de D. João II passada a favor do Duque seu primo (D. Diogo), senhor das Ilhas do Mestrado de Cristo. Aí se lê este passo: «...E sabede que esto que aquy mandamos he com toda rrazom & justiça por quaonto essa ylha nom foy de noaos antepasados neni della tenerom dereyto algû ou dominio ante de seer descoberta & occupada pello senñor Rey noso bisavou que samta gloria aja, o qual fez mercee soo mête a os primeyros poboradores com çertas condições...»

Este documento é datado de 8 de Maio do mesmo ano que a carta anterior e, como ela, se encontra registado.

Carta de D. Manuel I àcerca de confirmações de mercês: «...Que El-Rey meo primo, que samta gloria aja, a petição dos Provedores da dita ylha confirmou, não sendo necessaria outra alguma confirmação ou doação das mercees, graças & preuilegios, que algum Rey, meu Bisavou, que samta gloria aja, fez aos nouos provedores que foram poborar a dita ylha...»

É de 9 de Fevereiro de 1502 e achava-se registada na Câmara de Machico e no Liv. 15 da Provedoria, a fls. 84.

São estes os documentos officiais em que poderia vir qualquer referênciã ao facto do descobrimento praticado por João Gonçalves ou Tristão Vaz, ou por ambos conjuntamente. A verdade, porém, é que nem a mais leve allusão se faz a isso, e todos eles enaltecem unicamente o facto da *poboraçom*. Com razão diz o snr. Aires de Sá, falando da Madeira: «não ha documento algum, até hoje encontrado,

que mencione Zarco como descobridor desta ilha» (1) Acrescente-se o nome de Tristão, e fica certo. Estes dois donatários e povoadores (o último, na verdade, com menos insistência) foram inventados para descobridores pelo cronista Gomes Eanes, e com tanta habilidade que a História ainda hoje os apresenta como tais.

Bem fazia, pois, Luís de Camões, quando ao falar da Madeira, na conhecida estrofe do Canto V, nem um só verso consagra ao facto do descobrimento, mas justamente salienta o da povoação:

Passámos a grande Ilha da Madeira,
Que do muito arvoredo assim se chama,
Das que nós povoámos a primeira...

.....

(1) *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, pag. CXVI.

Supremacia de João Gonçalves

A Madeira foi dividida em duas capitã-nias (1). Quanto a este ponto parece não haver dúvidas. É tão perfeita e engenhosa foi a demarcação, que logo nos sugere a idea de haver sido traçada sôbre uma carta. O documento mais antigo em que ella aparece tem a data de 1440 (2). É a carta de doação da capi-

(1) «As capitã-nias são um tipo perfeito do regimen feudal—facto estupendo este, pois o feudalismo rigorosamente caracterizado nunca existiu no Portugal europeu. O que aqui não existira julgou-se, porém, adequado para as colônias e lá se criou» Sr. Rui Enes Ulrich, *Colonizações Ibéricas* in *Questão Ibérica*, pag. 207.

(2) Nesta data e não mais cedo, porque «o Infante não logrou alcançar em vida de seu pai a doação das ilhas descobertas». Sr. Damião Peres, *A Madeira sob os donatários*, pag. 19.

tania de Machico a Tristão Vaz: «...dou—diz D. Henrique—carreguo a Tristam caballeyro de minha casa na minha ylha da madeyra, de a terra dees de alem da ribeyra do Caniço dez passos, como se bay pella ribeyra acima & de hi atrabeçar a serra atee a ponta do Tristam...» Quando, dez anos mais tarde, foi passado a João Gonçalves documento de doação da capitania do Funchal, já implicitamente estavam delimitadas as fronteiras. Olhando para um mapa da ilha, e seguindo a cordilheira leste-oeste até á referida Ponta do Tristão, afigura-se-nos maior a capitania de Machico. Diogo Gomes de Sintra diz todavia que a parte occidental é a melhor.

Devemos crêr que as duas capitánias eram no entanto iguais em beneficios e importância. No começo da colonização não havia ainda as diferenças que os cronistas descobriram, pondo em Zarco o que tiravam a Tristão, e fazendo pouco a pouco, do primeiro, a figura máxima dos primitivos tempos da Madeira. E' possível—e Diogo Gomes o corrobora—que João Gonçalves haja sido, na ordem cronológica, o primeiro donatário da ilha. *Pouco tempo depois* teria vindo Tristão; e qualquer deles, muito antes da data em que lhes são concedidas, nos diplomas do Infante, as respectivas capitánias. Que João Gonçalves estava na Madeira antes de 1450, ano em que oficialmente lhe foi dada a parte occidental da terra que veio povoar, é ponto assente e basta saber-se, para o confirmar, que êle secundou a expedição de Soeiro da Costa: na verdade, a 10 de agosto de 1445, saíu de Lagos uma

frota de caravelas, com destino ao Cabo Branco; numa delas ia em pessoa Tristão Vaz, noutra Álvaro de Ornelas, que mais tarde se estabeleceu na Madeira (1), noutra um sobrinho de Zarco, Álvaro Fernandes, que alcançaria depois nome ilustre na história dos descobrimentos marítimos. A caravela, capitaneada por este Álvaro Fernandes, foi armada à custa do donatário do Funchal.

Temos, pois, que Zarco e Tristão Vaz (2)

(1) E foi primeiro donatário, embora nunca chegasse a tomar posse, da Ilha do Pico, conforme um documento descoberto em 1927 pelo sr. António Ferreira de Serpa.

(2) Além destes dois, também Bartolomeu Perestrelo tem sido apontado como descobridor. Como neste livro se lhe não faz referência especial, digamos de si algumas palavras em nota: Foi Paulo Perestrelo da Câmara quem mais insistiu no suposto papel desempenhado por Bartolomeu no descobrimento. Também como tal o considera o Cardeal Saraiva, no *Índice Cronológico*. Outros atribuíram-lhe importância decisiva na viagem de Cristóvam Colon, seu genro, em virtude dos papéis e informações que o primeiro teria prestado ao segundo... embora não se chegassem a conhecer, porque Filipa Moniz era orfã havia muitos anos quando desposou Colon. Sobre o apelido do donatário de Porto Santo também muito se tem discutido, e acabou-se por admitir que vinha de *Palastro*. Ora a verdade é outra: o nome é uma alusão ao respectivo escudo de armas, no qual, entre outras peças heráldicas, figuram *três estrelas*. *Perestrelo* é o mesmo que *Peres das três estrelas*, portanto de origem galega. Veja-se, nos *Estudos de Cartografia Antiga* de Santarém, uma estampa do mencionado braço, por baixo do qual se lê distintamente: *Peres trestrello*: o *s* de *Peres* está separado da palavra seguinte pela ponta do escudo, e é curto, ao passo que o *s* de *trestrello* é rasgado, como se usava a meio dos nomes,—o que tudo indica estarem ali duas palavras distintas.

se haviam estabelecido, com suas famílias, na Madeira, em perfeita igualdade de circunstâncias materiais e completa semelhança de direitos de jurisdição. Nenhum dêles havia descoberto ou reconhecido a ilha, facto que, a ter-se dado, necessariamente importaria uma superioridade sôbre o outro. Nenhum dêles era nobre, da antiga nobreza que seguira o partido de D. João de Castela quando da candidatura do Mestre de Avis, embora os linhagistas se esmerassem mais tarde em compôr fantasiosas genealogias, que garantissem a esses dois povoadores—e principalmente a Zarco—a certeza duma prosápia illustre e o mais gótica possível. Eram, sim, cavaleiros da casa do Infante, e pertenciam portanto a essa aristocracia formada depois de Aljubarrota, quando o filho de Teresa Lourenço distribuiu, pelos burgueses que o acompanharam nas horas amargas, as terras e os títulos dos portugueses refugiados em Castela. Os seus descendentes haveriam porém, mais tarde, de cruzar-se com os descendentes da velha nobreza de Portugal.

Preguntaremos então por que estranho capricho da sorte nos apareceu depois o nome de João Gonçalves guindado à categoria de herói único, vulto primacial e absorvente desta nossa idade da pedra, que foi a época da colonização da Madeira? Este prestígio de Zarco em tão boa hora se criou, que hoje é já impossível, não direi abatê-lo, mas fazê-lo ao menos pairar em nível razoavel, a que possamos erguer tambem o nome de Tristão

Vaz, para os irmanar na glória a que justamente têm direito.

São três as causas da supremacia do capitão do Funchal. Em primeiro lugar, porque esta capitania se conservou sempre na posse dos descendentes directos de Zarco até 1776, data da sua reversão para a corôa. Pelo contrário, a de Machico já em 1541 pertencia a António da Silveira, depois do quarto e último Teixeira ter sido dela ingloriamente desapossado. Em segundo lugar, a capitania oriental, a princípio bastante prometedora no ponto de vista das riquezas agrícolas e industriais, veio a breve trecho decaindo, após o esplendoroso mas efémero governo dos primeiros capitães. Bem o sentia o autor das *Saudades da Terra*, quando em 1590 escrevia no capítulo XXI do Livro 2.º: «...a tão próspera, fértil, abundante, rica e ennobrecida Capitania de Machico, com seus illustres capitães, e magníficos e grandiosos moradores, foi com a volta da adversa fortuna tão asinha tão desfeita de seu princípio tão soberbo, que, posta depois em alguns estranhos, quase parece outra do que antes era...» Em compensação progrediu o Funchal, a ponto de conseguir depressa a sua elevação a cidade.

- E ultimamente: as expedições de João Gonçalves à costa de África. E' certo que nelas Tristão tomou também parte, pelo menos uma vez, e comandou uma caravela. Porém as embarcações equipadas por Zarco e capitaneadas por seu sobrinho Álvaro Fernandes lograram maior notoriedade. Fernandes foi até á Serra Leoa, onde ainda nenhum navegador

chegara; e (diz Pinheiro Chagas) fazendo isso por conselho de seu tio, que era sabedor dos propósitos mais científicos que comerciais do Infante, e por isso lhe ordenava que desprezasse a colheita dos escravos negros e seguisse ávante em busca de novas terras. Um escritor do século XVII, Frei Diogo das Chagas (1) dá como descobridores dos Açores a Nuno Tristão e Alvaro Fernandes da Câmara: a asserção nunca foi provada, mas este último é evidentemente o sobrinho de Zarco, e a quem aí se chama Câmara por causa do apelido dado em 1461 a João Gonçalves. São estes sem dúvida os «boôs serbiços» que D. Afonso V premiará com uma carta de nobreza,—estes e os anteriores, em Ceuta e Tânger, quando ainda Zarco era *cavaleiro não muito abastado*.

Assim estes três factos apontados, hereditariiedade no governo, prosperidade material da capitania, e auxílio prestado ás navegações do mar oceano occidental e mesmo ás praças da África setentrional—socorra continuado por seu filho e netos, com grande dispêndio de vidas e fazenda—valeram á descendência de João Gonçalves de Câmara de Lobos um crescente prestígio, que a literatura veio por fim consolidar. Imitando a tese de Camões na peroração dos *Lusadas*, Manuel Tomás, o da *Insulana*, diz no fim do canto III do seu poema

(1) *Espelho cristalino em jardim de varias flores*, em grande parte inédito, citado pelo sr. Ferreira de Serpa. Inocência, mencionando as obras d'este escritor, não fala desta, mas diz que na *Biblioteca Lusitana* vem referidas outras mais.

que a eternidade dos herois se deve á dita de terem sido cantados por poetas. Ele, pela sua parte, fez o possível de tornar verdadeira a afirmação, louvando em oitava rima as façanhas reais e ficícias de João Gonçalves. Mais tarde, na *Zargueida*, como pelo título já se depreende, Francisco de Paula Medina procurou fazer outro tanto. Zarco achou, pois, nestes dois vates, os seus Homeros. Demais a mais, a epopeia do primeiro é dedicada a João Gonçalves da Câmara, Conde da Calheta e da estirpe dos donatários do Funchal.

De então para cá a literatura, e até a música, tomaram conia do heroi e trouxeram-no sem a companhia importuna de Tristão, até aos umbrais da eternidade de que falava o épico de Guimarães. Ponhamos ainda as biografias manuscritas, feitas em ar de nobiliárics, que em todos os tempos existiram na posse dos descendentes do 1.º capitão,—e duma das quais nasceu o Livro 2.º das *Saudades da Terra*, que é uma apologia de Zarco e dos seus herdeiros. Das *Saudades* nasceu por sua vez a *História Insulana* de Cordeiro, e foi este livro, apparecido em 1717, mais dum século antes do primeiro, que intoxicou definitivamente a historiographia portuguesa da idolatria do Zarco descobridor, do Zarco navegador, do Zarco para quem Tristão era apenas um homem de *menos calidade*.

Além disso, a história nunca fez segredo dos desaires sofridos pelos capitães de Machico, que em verdade os tiveram graúdos. Tanto do 1.º como do 2.º donatário, se deram capitulos a el-rei, e ambos foram ao reino livrar-se e no

fim saíram com honra: tadavia o pai chegou a cumprir degredo na Ilha do Príncipe e teve mesmo sentença em «perdimento da capitania». Os restantes Teixeiras não foram mais felizes. Mas também os Câmaras fizeram das suas, e por causa de Simão Gonçalves, 3.º donatário, mandou o rei á Madeira «para a jurdição do Funchal um corregedor por nome Diogo Taveira, por certas razões, que a isso o moveram, em despeito do capitão Simão Glz que estava na ilha agravado, do qual determinou de se ir com toda sua casa para Castela»... Assim conta o caso, veladamente, Gaspar Frutuoso. O snr. Damião Peres, na 2.ª edição do Liv. 2.º, publica em nota uma carta do rei, existente no *Tombo Velho* do arquivo da Câmara do Funchal, e por onde se toma melhor conhecimento dos abusos cometidos pelo capitão donatário. Todavia os cronistas trataram sempre de atenuar a importância destas faltas dos capitães do Funchal, para que o avô se não sentisse abalado no alto do pedestal a que felizes circunstâncias o elevaram sòzinho. (1)

(1) Acêrca dos desmandos de outro Simão Gonçalves, 5.º capitão, de que resultou a vinda á Madeira de um corregedor (facto occultado por Frutuoso) leia-se o artigo de M. (o sr. Carlos Azevedo de Menezes) intitulado *O corregedor Francisco Rodrigues*, inserto no *Diário da Madeira*, 5 e 6 de fevereiro de 1927.

Quando morreu Zarco?

Muito se tem conjecturado sôbre a data certa em que teria morrido João Gonçalves Zarco, 1.º capitão donatário do Funchal. Como Frutuoso nada põe de concreto no assunto, limitando-se a dizer que êle governou 40 anos, sem marcar o início dêsse governo, só pôde o problema ser resolvido por deduções, e as que até agora se fizeram tem concluído por admitir os anos de 1451 (como vem nos antigos nobiliários), 1461 e 1471, apresentados no *Eluucidário Madeirense* (vol. II pag. 572) e ainda 1474 ou 1475, lembrado por Alvaro de Azevedo nas *Notas* á 1.ª edição das *Saudades* e seguidos pelo sr. Pestana Junior no seu folheto *Reconhecimento do Arquipélago da Madeira*. A minha opinião é diferente de todas estas, e fixa o ano de 1467. Mas, antes de a expôr, ve-

jamos a consistência dos argumentos apresentados em favor das outras datas.

Em primeiro lugar, o ano de 1451 deve ser posto imediatamente de parte, visto que tem a data de 16 de agosto de 1461 a carta em que D. Afonso V confirma João Gonçalves na capitania do Funchal (Arquivo da Câmara Municipal do Funchal, Registo Geral, t. 1.º, fls. 128 v. a 132). A data de 1461, dizem os seus defensores, «harmoniza-se com os quarenta anos de administração da capitania». É um argumento de vaga probabilidade, devendo ainda ter-se em conta que, a ter êle morrido nêsse ano, não seria antes de agosto, por causa da carta supracitada. A opinião que prefere o ano de 1471, admite previamente a hipótese de que João Gonçalves tenha nascido em 1390, para justificar a idade projecta que os cronistas atribuem ao donatário, quando deu a alma ao Criador. Quanto às datas de 1474 e 75, sugeridas por Álvaro de Azevedo e seguidas pelo sr. Pestana Junior, provêm elas dos dois factos seguintes:

Primeiro: Zarco devia existir em 1474, porque se lhe faz referência na carta de doação da ilha de Santa, Maria a favor de João Soares, e que é dêsse mesmo ano. Citam, a esse respeito, a *História Insular* do Padre António Cordeiro. Ora Cordeiro copiou, como sempre, a Frutuoso. E hoje pode lêr-se em Frutuoso, Livro 4.º das *Saudades da Terra* (pag. 81) essa carta de confirmação da capitania, feita pela infante D. Beatriz, viuva de D. Fernando. Reza assim o principal: «Dou carrego a João Soares, cavaleiro de sua casa (do Duque D.

Diogo) na ilha de Santa Maria, que éle seja capitão em ella, assim pela guiza que o é em sua ilha da Madeira João Gonçalves...» E' só isto: *assim pela guiza que o é João Gonçalves* ... Mas qual João Gonçalves? Evidentemente o filho, João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão donatário.

Segundo argumento: Frutuoso, no fim do capítulo XXX do Livro 2.º, diz: «...havendo no tempo da sua velhice (de Zarco) guerras de Portugal com Castela, vindo os castelhanos á ilha com suas armadas para destruirem as terras, etc.» Confrontando este trecho com a concessão feita em 15 de agosto de 1475 por Fernando e Isabel á cidade de Sevilha, de impedirem o comércio portuguez na costa de Africa e Guiné e armarem navios para aquella cidade fazer o mesmo comércio» (1) —Azevedo conclue que o assalto dos castelhanos, na velhice de Zarco, foi um resultado da referida autorização e que portanto o donatário vivia em 1475.

Com effeito, em 1475 houve guerra entre Portugal e Castela, por causa da Excelente Senhora, cujos direitos ao trono do segundo país D. Afonso V pretendeu manter; e de tudo resultou a' batalha de Touro. Podia ser, pois, esta a guerra a que allude Frutuoso, e a con-

(1) Azevedo (pag. 441) cita o Visconde de Santarem no *Quadro Elementar*, tomo I, pag. 375. E' de lá que reproduz a frase entre aspas. Mas, por sua vez, Santarem reporta-se a Zuniga, *Anais de Sevilha*, Livro 12, pag. 374.

cessão dos Reis Católicos uma consequência dela.

Mas os corsários não precisavam de autorização dos seus soberanos para investirem sobre as ilhas portuguesas. Mesmo depois do Tratado das Alcáçovas, de 4 de Setembro de 1479, que pôz termo à questão da posse das Canárias, os andaluzes assaltaram a ilha de S. Miguel, como se lê no capítulo XLVI do Livro 4.º das *Saudades*: «Nos derradeiros dias deste illustre capitão Rui Gonçalves da Câmara (que morreu em 1498) se fez alardo geral, por seu mandado, nesta ilha, das armas que nela havia, porquanto os andaluzes, naquele tempo das guerras de Portugal eom Castela, vivendo el-rei D. João, segundo do nome, sojam vir por estas ilhas, em armadas, a receber e fazer entradas...» Não podemos, pois, determinar a data em que se deu, na velhice de Zarco, o ataque dos corsários, porque elles vieram muitas vezes às illias e muitas guerras houve entre Castela e Portugal. O capítulo XXXI (do Livro 2.º) dá a entender que Zarco morreu no ano em que vieram cartelhanos, mas que, antes disso, tinham eles também vindo: «Este capitão (João Gonçalves, 2.º donatário)... por morte de seu pai... no qual tempo... foi áquella ilha, como dantes, uma grande frota de castelhanos...»

Parece-me que a data certa da morte de Zarco se pode tirar a limpo do próprio texto das *Saudades da Terra*. Ponhamos já de parte o que diz Cordeiro—que Zarco governou mais de quarenta anos—porque este autor teve, como única fonte, a Frutuoso e em Frutuoso

está governou quarenta anos; está assim na 1.^a edição e está assim na cópia da Ajuda, da qual se fez a segunda. Cordeiro, portanto, copiou mal.

Ora, dizendo-se nas *Sauidades* que o segundo donatário faleceu em 1501 e governou 34 anos, segue-se que iniciou seu governo em 1467. Logo, 1467 é a data da morte do pai, que por sua vez governou 40 anos, e neste caso teria começado em 1427,—o que concorda, com diferença de 2 anos para mais, com a data atribuída pelo Infante D. Henrique ao começo da povoação da Madeira; na verdade, diz o Infante na sua carta de doação á Ordem de Cristo e que tem a data de 18 de setembro de 1460: «comecei de povoar a minha ilha da Madeira haverá trinta e cinco anos». Este *haverá* é um tanto vago, equivale a *mais ou menos*; e *mais ou menos* pode ser bem 1427.

Temos, pois, que João Gonçalves da Câmara principiou a governar em 1467, após o morte do pai, e que, logicamente, Zarco faleceu nesse ano. Resta demonstrar que o governo do filho não teve começo antes da morte do pai, como já se tem pretendido fazer crêr. E demonstra-se de muitas maneiras:

Primeiramente, Zarco não chamou o primogénito a compartilhar do governo, nos últimos anos da sua vida, porque Frutuoso diz claramente, no fim do capítulo XXX do Livro 2.^o que os castelhanos (quando foi do assalto) *sentiam bem que era elle quem regia sua gente*. E mais adiante, no capítulo seguinte: «por morte de seu pai governou (João Gonçalves da Câmara) a ilha». Porém, se a-pesar do que diz

o cronista, o 2.º donatário tivesse realmente iniciado o governo ainda em vida do pai, ou o houvesse ajudado oficialmente, em qualquer caso teria sido necessária uma provisão que a tal o autorizasse, e todavia semelhante documento não se encontra arquivado nos tomos do município desta cidade, como acontece com o provimento feito por Simão Gonçalves, 2.º do nome, em 1560, para que seu tio Francisco Gonçalves da Câmara servisse de seu lugar-tenente (Registo Geral, t. 3.º, fls. 82); ou como acontece com o alvará de 1571 para que Rui Dias auxiliasse a seu pai (o mesmo Simão Gonçalves) no cargo de capitão-mór (Reg. Ger. t. 3.º, fls. 128); ou ainda como sucede com a provisão a favor de João Rodrigues da Câmara, que governou a Ilha de S. Miguel na ausência do seu progenitor Rui Gonçalves, em 1487 (*Saudades da Terra*, Livro 4.º, cap. LXVII, § 9.º).

De tudo isto resulta que João Gonçalves Zarco, povoador da Madeira e 1.º capitão do Funchal, morreu nesta cidade no ano de 1467, tendo governado durante quarenta anos.

Os louvores de Tristão da Veiga e do Bispo D. Luís de Figueiredo

Alguns escritores tem justamente notado falta de unidade de estilo do Livro 2.^o das *Saudades*, assim como a quebra de sequência cronológica no descrever as vidas e façanhas dos illustres capitães da Madelra. Efectivamente, numerosos são os deslises de linguagem, succedendo-se a um belo trecho sereno e claro não raras vezes um confuso e gaguejado arrastar de períodos; isto todavia podia ser attribuído a erros de copistas, e, na verdade, existem divirgências entre a 1.^a edição, publicada por Álvaro de Azevedo, e o manuscrito original que guarda a família Praia e Monforte. Foi Ernesto do Canto quem, há já alguns anos, em Ponta Delgada, fez o cotejo e deu fé das

imperfeições do exemplar impresso, pondo neste as correcções que eram devidas. Para a 2.ª edição, feita pelo sr. Damião Peres, foi utilizado o texto dado por Azevedo quanto aos capítulos XLII e XLIV a XLVIII; para os capítulos XXI a XXIX, a lição do exemplar conferido e emendado em Ponta Delgada e hoje na biblioteca pública dessa cidade; para todo o resto, a cópia existente na Biblioteca da Ajuda. A razão desta diversidade de fontes explica-se por não estar completo o autógrafa da Ajuda e por ter ficado suspenso no capítulo XLII o trabalho a que Ernesto do Canto se entregara.

Mas nem tudo se podia desculpar com a incúria dos copistas. Estas mesmas omissões do manuscrito de Lisboa, que são exactamente dos 9 capítulos em que na edição de Azevedo se contam os feitos de Tristão da Veiga, denunciariam já por si uma viciação do texto original. E, de facto, o morgado João de Arruda, que se deu á tarefa de estudar a caligrafia de Frutuoso, deixou interessantes notas sobre o assunto. Segundo as suas declarações, alguns capítulos, no autógrafa, estão por letra diferente, que não é a do autor. Outros capítulos apparecem com emendas, tanto na numeração como no texto. As principais viciações do Livro 2.º são as seguintes:

No final do capítulo XX, depois de falar de Diogo Teixeira, último donatário de Machico da estirpe de Tristão Vaz, a letra já não é de Frutuoso; os capítulos XXI a XXIX são inteiramente de caligrafia alheia. Mais: a numeração está riscada, pois onde é agora capi-

tulo XXX, era de antes XXI, vendo-se perfeitamente que são intrusos os nove capítulos com os louvores do antigo governador da Fortaleza de S. João. Interpolados são também os capítulos XLI e XLII, que tratam do Bispo D. Jerónimo Barreto e do seu successor D. Luís de Figueiredo e Lemos, «que ao presente governa o bispado». Na cópia que hoje se guarda na Ajuda não figuram, como já disse, estas interpolações. Essa cópia pertenceu ao Padre Martim Gonçalves, célebre privado de D. Sebastião, e tio-avô do 7.º donatário do Funchal, Simão Gonçalves,—vivos ambos ao tempo em que Frutuoso escrevia, sendo este Simão Gonçalves, 3.º conde da Calheta, «tenra e nova planta» e só honorariamente foi senhor da donataria de seus maiores.

Lembrémo-nos, portanto, que o autor das *Saudades* escrevia a sua obra pouco tempo depois que Filipe II de Espanha entrara em Portugal e fôra coroado Rei nas côrtes de Tomar, iniciando-se assim a união pessoal que só terminou em 1640. O governo dos donatários expirara. Veio primeiro o desembargador João Leitão, depois veio o Conde de Lançarote, depois o famoso Tristão Vaz da Veiga, que ocupa neste Livro 2.º perto da sexta parte dos capítulos. (1) Num dêles, descrevendo as feições, rendas e outras particularidades dêste superintendente das duas capitánias, dá a entender o autor das *Saudades* que escreve «neste ano de

(1) Acêrca destes governadores, vejam-se os *Estudos de História* do sr. Damião Peres.

1590» (1). Serão estas interpolações da própria autoria de Frutuoso, embora ditadas a um secretário (pelo impedirem de escrever, talvez, os achaques da velhice) ou terão sido feitas depois, por conta e risco dum estranho?

Que Frutuoso não escreveu tudo a seguir, não restam dúvidas. No autógrafo, ao capítulo XX seguia-se logicamente o que agora é XXX e então era XXI: isto é, depois de falar dos últimos Teixeiras de Machico, começava a tratar dos «filhos e filhas que teve o capitão Zarco». Mas houve alguém que aproveitou a deixa; e, ao último donatário de Machico (depois dos donatários adventícios Silveira e Vimioso), fez seguir novos capítulos com a biografia, par e passo relatada, de Tristão Vaz da Veiga, governador de S. Julião ao tempo do Interregno e historicamente célebre pela traição que, segundo se diz, cometeu. Mas, nesta data de 1590, em que são escritas as partes interpoladas, já as *Saudades* estavam compostas na maioria dos capítulos deste Livro 2.º; e o Padre Martim Gonçalves possuía uma cópia, que guardava em grande estima, e na qual não havia ainda mistér de Tristão da Veiga.

Além disso, o capítulo XXI (interpolado, como sabemos) não concorda, por exemplo, com o capítulo XXX (não interpolado, e que tinha a numeração XXI, depois riscada no autógrafo) quanto á genealogia deste complexo heroi, visto ela estar em ambos diferentemente

(1) Frutuoso morreu no ano seguinte, em 1591.

deduzida. (1) Mas o mais interessante é saber-se que há cópias (uma delas descrita num catálogo inglês) que começam apenas no capítulo XXI e só tratam dos feitos de Tristão da Veiga.

O estilo pessoal dos escritores da era clássica não facilita uma solução satisfatória, por análise comparativa, de dois ou mais textos de autenticidade duvidosa.

E, por esse lado, não poderemos concluir se foi o próprio Frutuoso quem interpolou o Livro 2.º, ditando os elogios de Tristão da Veiga, ou se foi outra pessoa que o fez, para agrádar ao mesmo Veiga e possivelmente por encargo seu. Mas o que não resta dúvida é que houve viciação do autógrafo, já depois de tiradas as primeiras cópias,—o que tudo demonstra o pouco valor, como trabalho de veracidade histórica, desta complicada obra do vigário da Ribeira Grande.

Alvaro de Azevedo (nas suas *Notas á 1.ª edição das Saudades*) estranha também os encómios que Frutuoso dirige a Tristão da Veiga, mas explica-os pela coacção, visto o historiadador ter escrito esses passos da sua obra em 1590, «sob a pressão do domínio espanhol». Realmente, ha contradicção na attitude de Gaspar Frutuoso. Os seus elogios aos Câmaras, mormente ao Padre Martim Gonçalves, tão contrário a Filipe II como é sabido da história de Portugal, e o carinho com que traça o

(1) Tanto o capítulo XXI como XXX trazem errada a genealogia de Tristão da Veiga, que era, não primeiro-neto nem bisneto de Zarco, mas sim seu terceiro neto.

filho do último capitão do Funchal, a «tenra planta» que o soberano espanhol encarcerou, — não condizem com os louvores rendidos prodigamente ao homem que tem sido acusado, talvez injustamente, de haver traído os cinco governadores do reino.

E se não foi coacção, pouco provável por várias razões, e uma delas porque os Filipes deram sempre a maior independência e protecção aos escritores portugueses—só admitindo a hipótese de interpolações por autor alheio se pode explicar a estranha confusão deste Livro 2.º das *Sauldades*.

Ainda em reforço desta opinião se pode citar o facto de, no Livro 4.º, que trata de S. Miguel (na parte já escrita em 1590) se fazer clara alusão á perda da independência: «o dia do desbarato de Lisboa, quando foi tomada dos castelhanos...» Vem no fim do capítulo XCVI, que é, sem contestação, do punho de Frutuoso. Ora o Livro 2.º, na parte interpolada, só com grande eufemismo ao mesmo caso se refere: no capítulo XVII, quando se reporta a 1580, diz inocentemente o autor: «no tempo das alterações do reino»...

São duas maneiras diversas de encarar o mesmo facto, bem reveladoras de diferente psicologia. E' certo que nesse Livro 4.º no capítulo LI, se fala tambem em *alterações destes reinos*. E' isso precisamente no § 61, donde o morgado Arruda diz haverem sido arrancadas folhas no original: a sua explicação, porém, é confusa, mas fica-se todavia com a impressão de que esse parágrafo foi viciado.

Quem teria, pois, escrito os capítulos que,

tanto no Livro 2.º como nos restantes, não estão por letra de Gaspar Frutuoso? As interpolações aí feitas visavam principalmente a elogiar dois indivíduos: um, Tristão Vaz da Veiga; o outro, D. Luís de Figueiredo e Lemos; o primeiro, governador da Madeira nessa data de 1590, em que se escreveram os capítulos intrusos; o outro, bispo do Funchal precisamente na mesma data. Há aqui, uma certa correlação. Notemos, além disso, que esses dois homens eram parentes. D. Luís de Figueiredo foi filho de Manuel de Figueiredo de Lemos e de Inês Nunes Velho; neto paterno de João de Figueiredo de Tonda e de Mecia de Lemos, esta filha do senhor de Recardães e parente da casa da Trofa; e neto materno de Sebastião Nunes Velho, que era filho de Grimanesa Afonso de Melo, filha de Nuno Velho,—um dos sobrinhos de Frei Gonçalo Velho, o comendador de Almourol. Ora Tristão da Veiga foi filho de Antónia de Lemos, da casa da Trofa; e de Manuel Cabral da Veiga, filho de Diogo Vaz da Veiga, que casou com uma filha de Diogo Cabral e de sua mulher Beatriz Gonçalves da Câmara, filha de Zarco,—e este Diogo Cabral era da casa de Belmonte, como também o era, pela linha materna, o mencionado Frei Gonçalo Velho. Portanto, o Bispo e Tristão da Veiga eram duas vezes parentes.

Quem teria, repito, escrito os louvores destes dois homens, para os intercalar no livro de Frutuoso? No final do cap. XLII do Livro 2.º das *Saudades*, onde vem a primeira biografia desse prelado, diz o autor: «Da sua

ilustre progénie apontarei um capítulo, que dêle depois com alto estilo compôs o doutíssimo Doutor Daniel da Costa, médico de Sua Majestade, pessoa nobre, de grandes letras e virtudes, residente na Cidade do Funchal, para maior clareza da nidalguia, vida, virtudes e costumes do mesino Senhor.» Ora este capítulo XLII no autógrafo não é, como já sabemos, da caligrafia de Frutuoso. Vejamos no entanto se, em outro livro da mesma obra, vem apontado o capítulo prometido. Logo no Livro 3.º, que trata da ilha de Santa Maria, se esmiuçam, de começo, várias genealogias e entre elas a do Bispo D. Luís. Precisamente delas diz o morgado Arruda que estão «pela tal letra diferente» e que são «fabulosas em parte». Continua, portanto, a não interferir Frutuoso na biografia do Prelado. No fim desse capítulo lê-se então o seguinte: «Mas, primeiro, (antes de entrar noutros capítulos) direi o contraponto que fez o insigne Dr. Daniel da Costa, sôbre o meu cantochão, que compôs da vida do Bispo Luís de Figueiredo, quando dêle tratei, tratando da ilha da Madeira...» E segue-se o capítulo IV, todo àcerca do Bispo e mais conprido e completo que o *cantochão* do Livro 2.º—capítulo totalmente escrito, como se vê da declaração, pelo Dr. Daniel da Costa. Repare-se ainda que os elogios a este fisico de S. Majestade, tanto num livro como noutro, estão sempre, no original, pela tal letra diferente,—como o estão, diga se mais uma vez, os dois capítulos que enaltecem o Bispo e os nove que divinizam Tristão da Veiga.

Uma legítima suspeita, depois de tudo

isto, se forma. E' que foi o Dr. Daniel da Costa o autor de todas as interpolações referidas e dos seus próprios elogios: uma delas confessada, a do *contraponto*, mencionada tambem na *Biblioteca Lusitana* por Barbosa Machado, que diz andar inserto na *História das Ilhas o Contraponto ou Vida do VII Bispo do Funchal*. O facto do parentesco entre os dois biographados explica já um pouco o motivo de virem incensados juntamente; além disso, eram ambos os maiores detentores, um do poder civil e militar, outro do poder eclesiástico. Tristão da Veiga e D. Luís de Figueiredo eram, ao tempo, as duas mais gradas figuras da sociedade madeirense. E quem era o Dr. Daniel da Costa? Além do que de si próprio diz (segundo a nossa hipótese) no final do capítulo XLII do Livro 2.º, podemos admitir que pertencia á geração açoriana dos Costas, de quem se diz, no *contraponto*, que Inês Nunes Velha, mãe do Bispo, tambem descende; e, neste caso, seria o biógrafo por sua vez aparentado com os dois illustres biographados. Acrescentemos a estas razões de familia, as razões de ordem politica. Daniel da Costa, médico de sua Magestade Católica, elogia o governador e o Bispo que Filipe II enviou para a Madeira,—coisa de que Frutuoso se absteria certamente, tão inclinado era á familia dos Condes da Calheta, que por motivo das *alterações do reino* perderam a efectividade e os proventos reais da sua capitania. (1)

(1) As anotações do morgado Arruda, a que neste capítulo se faz referência, vem insertas na *Noticia Bi-*

*

Ainda a propósito do parentesco entre Tristão da Veiga e D. Luís de Figueiredo, será interessante comparar as armas de que os dois usaram. Do governador, dizem as *Saudades* (Liv. 2.º cap. XXVIII): «Além das armas dos Cabrais e Lemos, que lhe pertencem, tem este excelente capitão.... as dos Veigas, que são etc.» Do Prelado, existe a pedra que encima o portal da capela anexa ao antigo Paço Episcopal e a pedra tumular da Sé. Na primeira estão apenas esculpidas as cinco folhas de figueira dos Figueiredos e o chapéu prelatício; mas o braço que cobre, na Sé, a sepultura deste Bispo, é quarteado e tem no 1.º as vieiras dos Velhos, no 2.º, Figueiredos, no 3.º, Cabrais e no 4.º as cinco cadernas, em aspa, dos Lemos. E' de notar, todavia, que as duas cabras passantes do 3.º quartel caminham da dextra para a sinistra do escudo, o que é erro, e nos faz concluir que esse braço foi copiado do negativo dum sinete, sem haver o cuidado de o inverter sobre cera. Feita a inversão, teremos, com mais lógica, no 1.º quartel Figueiredos, que é o apelido principal; no 2.º, Velhos; no 3.º, Lemos e no 4.º Cabrais, já com as cabras passantes da esquerda para a direita.

Tristão da Veiga e D. Luís de Figueiredo usavam pois, nos seus braços, dois quarteis de armas comuns, que melhor explicam, ilustrando-a, a dedução genealógica que atrás apresentei.

biográfica das «Saudades da Terra» que acompanha o Livro 3.º e é da autoria do sr. João de Simas.

A "Insulana" de Tomás

Poema de espécie ambígua lhe chamou José Agostinho de Macedo no prefácio espatifatoso do *Oriente*; mas Costa e Silva, nos seus *Ensaíos biográfico-críticos*, veio apodar de sandice a classificação do Padre Lagosta. Efectivamente, para o autor dos *Ensaíos*, poema que tivesse maravilhoso era sublime e epopeia pela certa. Porisso a *Insulana* o satisfez quanto à contextura épica, e de resto já o próprio Manuel Tomás, na dedicatória que dirige ao Conde da Calheta, declara não querer sair fora das regras horacianas, — o que mais além corrobora, acrescentando (no *Prólogo ao leitor*) que «neste poema procurei observar os preceitos que Aristóteles aponta na sua poética». Sosseguemo-nos, pois, quanto á ordenação do género dêste trabalho: o assunto é uma empresa marítima, o herói é João Gonçalves Zar-

co, eleito pelo Rei de Portugal para levar a cabo o segundo descobrimento da Madeira:

*A proeza, & valór digno de espanto
De um Capitão famoso, escrevo, & canto.*

O verso é o hendecassílabo rimado (ou decassílabo, na lição de Castilho) em estâncias de oito, à clássica maneira heroica. Dez cantos (ou antes, livros) de variável número de estrofes. Publicada em Antuérpia, ano de 1635. O poeta dedica-a a João Gonçalves da Câmara, Conde de Vila Nova da Calheta e Capitão Geral, além de outras honrarias temporais. (1)

Precede o Poema, já de si extensíssimo, uma verdadeira *Fénis Renascida* onde de tudo há: poesias em português, em francês, em latim, todas encomiásticas, empoladas e medíocres. O censor Bartolomeu do Vale Cabreira, protonotário e cônego prebendado da Sé do Funchal, salienta, na sua pomposa censura, o valor histórico que a *Insulana* representará de

(1) Álvaro de Azevedo, a pag. 398 da 1.^a edição das *Saudades da Terra*, diz que Tomás dedica a *Insulana* ao Capitão Geral D. João de Menezes, «como se vê da dedicatória impressa, datada de 20 de Abril de 1634», — e infere simpatia e deferência do autor por quem era occulto mas firme inimigo dos Filipes, sem embargo de ser Capitão Geral da Ilha. Ora a verdade é que Azevedo viu mal ou precipitadamente. A dedicatória é dirigida não a D. João de Menezes, mas sim a João Gonçalves da Câmara, a quem Tomás chama Capitão Geral da gente de guerra da Ilha da Madeira, — título meramente honorífico, porque o contemplado não exercia, na realidade, nenhum cargo da governação e até se encontrava ausente da ilha: era elle o 4.^o Conde da Calheta, filho de Simão Gonçalves,

futuro, pois o autor «á força de descobrir e buscar arquivos e muita lição dos autores, traz á luz seu nascimento (da Madeira) e descobre os Heroicos Feitos de seus Filhos, que o advaro e envejoso esquecimento tinha já sepultado em seu seio, fazendo-a (á dita Ilha) em o mundo tanto ou mais célebre por fama do que era já por nome no tempo do Lusitano Poeta, príncipe de todos êles» — alusão fíual ao conhecido verso dos *Lusiadas*.

Não obstante essa asserção do licenciado Bartolomeu do Vale, queixa-se o poeta, no prólogo da sua obra, do ciumento recato em que os arquivistas dos nossos tombos mantinham os documentos confiados á sua guarda; e vai dizendo, por ironia decerto, que os poetas naturais da ilha (êle, autor, era do Guimarães) ficariam ainda com matéria épica bastante para novas epopeias, a qual poderiam haurir, por exemplo, nas «empresas dos capitães de Machico e Porto Santo, e nos muitos privilégios e excepções, que acharão nos tombos

e neto, portanto, do último e 6.º capitão donatário do Funchal, também chamado João Gonçalves da Câmara.

A data da dedicatória está igualmente errada na anotação das *Saudades*. É 4 de Abril e não 20. É certo que a *Insulana*, se não teve mais de uma edição, pelo menos teve mais de uma tiragem, pois no frontispício de certos exemplares está Anvers e noutros Ruam — mas a data é sempre 1635, e a dedicatória sempre ao mesmo Conde da Calheta. Inocêncio da Silva, no seu *Diccionario Bibliográfico* (tomo 6.º pag. 119) não regista a variante, accusando só a edição de Antuérpia.

Pelo que fica dito se vê que Manuel Tomás era declaradamente anti-filipista, muito mais do que o supôs o anotador de Gaspar Frutuoso.

das mercês que também guarda o Senado do Funchal, *que me não fiaram, como se de sua vista me houvera de ficar algum privilégio...* »

E assim vemos que Manuel Tomás não conseguiu consultar muitos dos papéis de que necessitava como condimento histórico do seu livro. Limitou-se—é ele ainda quem o assevera—a manusear uma narração manuscrita, de que também se servira, abreviando-a, o João de Barros da *Ásia* (1); e a recolher da tradição oral a notícia de mais alguns factos, com que julgou completar o manuscrito. Assim o interesse da *Insulana* como crónica rimada, interesse que achamos em todos os poemas épicos seiscentistas, tão escrupulosos na veracidade dos mínimos pormenores, fica muito prejudicado com estas declarações prévias do vate vimaranesense. E tanto que, dando curso á lenda corrente desde António Galvão, Tomás atribue o primeiro descobrimento da Madeira ao inglês Roberto Machim, roubando assim a Zarco ou a outro qualquer português, logo no II canto, um bom pedaço da sua glória. E se é precária a verdade histórica da *Insulana*, tal deficiência não é infelizmente compensada pelo valor estético do poema, sem dúvida inferior como obra de arte, mas não tanto quanto o pretendem muitos que nem o chegaram a lêr.

(1) Deve ser o tal ms. atribuído a Gonçalo Aires Ferreira, mas que não passaria duma memória genealógica guardada pelos descendentes de Zarco. Veja-se atrás o capítulo *O Manuscrito de Gonçalaíres*.

O primeiro crítico do poema de Manuel Tomás é o licenciado Bartolomeu do Vale Cabreira, que na sua qualidade de censor se não limitou a inquirir dos bons costumes e religião, chegando a formular juízos sôbre o estile do poeta: «o verso corrente e claro, ornado com muitas perifrases, figuras de retórica e ficções poéticas.» E' esta, na ordem cronológica, a primeira opinião sôbre o valôr artistico da *Insulana*.

No volume include Tomás algumas poesias de circunstância, que ácêrca do seu trabalho lhe consagraram vates seus amigos. Sebastião da Ponte—*Sebastianus a Ponte*—por exemplo, vem com uma geringonça lírica em latim, e isso mesmo faz o padre Estevão de Gouveia, jesuita e professor de retórica:

*Divino Emmanuel nomine Numen habes
Natura excedis, cœlum tua fama; etc.*

Tambem na língua de Virgílio versejaram António Mendes de Ornelas, *in laudem Auctoris* e o doutor Paulo de Lena, *medicus rothomagensis* (de Ruão?). Em francês temos o então cônsul de França na Madeira, Raimundo Biard, que concorre a este certamen tão do gôsto da época, com um soneto e nove quadras. O seiteito é este, depois de actualização na pontuação e ortografia:

*Cessez, cessez, mortels, de naviguer sur l'onde
Pour chercher les tresors que Thetis va cachant,
Cessez de rechercher des sirenes le chant;
En vain vous travaillez dessus la mer profonde.*

*Thomas seul peut trouver par sa plume féconde
Ce que Flore laissait enterré dans son champ,
Et l'ambre vagabond aux rochers s'approchant
Que Cete nous départ pour embaumer le monde.*

*Et plutôt (obstinés!) de vous aller lassant,
Allez de tous côtés des lauriers amassant
Pour couronner son chef vainqueur du labeur même,*

*Qui vous a dispensés de rouler l'Univers,
Admirez hautement son labeur et ses vers,
Véritables témoins de sa gloire suprême.*

Este Briard não deixou nome na literatura francesa, o que aliaz estava previsto pela amostra supra, mas ao menos será uma vez por outra recordado á custa de Manuel Tomás, a quem êle attribue—ou antes, á sua musa—coisas estranhas e espantosas... sem esquecer aquella de encontrar pela magia da sua pena fecunda o âmbar vagabundo que a baleia (*Cete*) nos oferece para aromatizar o mundo! De igual força é o poeta madeirense Padre Pero da Silva, que não tem pejo de comparar Tomás a S. João Evangelista, e ambos com o Sol:

*Em Patmos Ilha cantou
As glórias do Apocalipse
Esse Sol, João, que eclipse
Não teve do sol que amou.
Noutra Ilha Tomás raiou
Luç de outro resplendor, tal
Que outro Olympto celestial
Faz parecer que excedeu*

(Se não ao terceiro Céu)
Para glória do Funchal.

Crítico de si próprio, o autor da *Insulana* adverte que não escreve senão «para aqueles que sabem estimar um estilo claro, livre de idiomas escuros e de frases afeitadas». Estas virtudes literárias não as encontraram todavia em grande abundância os raros historiadores literários que se lhe referiram depois. Inocência não é pródigo de elogios. Teófilo Braga, Camilo, e o sr. Mendes dos Remédios esquivam-se prudentemente a tecer qualquer louvor—quando não deixam escapar uma frase incisiva e amarga. O sr. Fidelino de Figueiredo não acha recursos épicos na acção e nota que existem desproporções entre o fundo e a forma do poema, «desde a proposição, cuja alta ênfase parece anunciar porfiadas guerras, batalhas e cêrcos». Só Cândido Lusitano avaliou a *Insulana* como epopeia de primeira ordem, o que poderia admitir-se considerada relativamente á outra obra do autor, *Fénis da Lusitânia*, caída hoje num justificado esquecimento.

A *Insulana*, porém, teve voga. O assunto versado (que Medina retomaria cento e setenta anos mais tarde) interessou o público letrado da Madeira e o livro ficou constituindo uma espécie de história em verso, se bem que carecesse de pureza de fontes, como se viu: pois attribue o primeiro descobrimento da ilha do Porto Santo a castelhanos, a ingleses o da Madeira, ficando Zarco (desacompanhado de Tri-

tão) a ser segundo e definitivo descobridor de ambas elas.

Divide-se em dez cantos ou livros o poema de Manuel Tomás. O assunto não daria para metade, se o autor, fazendo elástica a matéria, não tivesse recorrido a uma amplificação desmesurada e exaustiva. Assim, descreve as grandezas de Portugal, sua corografia, biografia completa de Zaico, amores de Machim e Ana de Arfet, sucessos da ilha com a fundação de mosteiros, fortalezas e igrejas, intervenção dos donatários e seus descendentes nas pelejas africanas, flora e fauna insulares e até a «vida, excelências, morte e milagres do beato Fr. Pedro da Guarda», que está para este poema como S. Tomé para os *Lusiadas*. Claro que os eventos posteriores ao descobrimento da ilha são narrados sob profecia, que era uma das muletas a que sempre se arrimavam os épicos. Também como nas epopeias da escola camonista, o maravilhoso pagão desempenha largo papel, entrando os deuses de convivência com os mortais.

Os raros escritores que se tem referido á *Insulana* apresentam geralmente o episódio de Roberto Machim como dos melhores lugares do poema. E' no canto II e a romanesca história vem referida pelo piloto castelhano João de Amores. Salvo o devido respeito, não me parece que esse passo do livro seja realmente a cousa melhor que ali há. Se Tomás soprava fraco pela tuba heroica, como lírico também não adiantava grandemente. A sua melhor qualidade, quanto a mim, é o poder descritivo da sua pena, circunstância em ver-

dade para notar. Como na *Malaca Conquistada* Francisco de Sá nos agrada pelo pitoresco das suas descrições, Manoel Tomás na *Insulana* consegue aliviar-nos do enfado que nos ia começando a tomar, quando por alturas do livro III nos pinta a estância de Neptuno. A côrte neptonina surge-nos quase real—dir-se-ia mesmo evolvar-se das estrofes o cheiro dos mariscos e o marulho das ondas:

*Com compridas, altivas e altas colas,
Semelhantes cabeças a altos viscos,
Cobertas de caugrejos e centolas
Saíram os Tritões dos seus apriscos.
Búisios torcidos trazem por violas
E nelas mexilões e outros mariscos...*

*De verde limo as barbas retorcidas,
Com os olhos de lapas temerosos,
As meninas de ouriços enxeridas
Com quem na vida são, mais espantosos,
As mãos de pé-de-cabra denegridas
E com sujos perseves os pescoços,
Um as ostras que as bocas significam
Por quem o vento ao búisio tosco applicam.*

*Com tudo de sendais verdes cobertos,
Tão mal tecidos, que bem podem vér-se
Os membros nus dos corpos descobertos
E as feições de seus rostos conhecer-se,
Assim tocando saem, ledos e espertos
E ao som dos búisios dançam sem deter-se,
Mas nas voltas que alegres se vem dando
Cabeça e membros viram, mergulhando.*

Sem dúvida a estas estâncias não falece a beleza, e o canto III é assim movimentado, colorido, pinturesco e gracioso. Não será original, é certo, porque d'ele transpira inegavelmente a leitura dos *Lusiadas*. A estrofe 25.^a, que começa

De seus pés por correio e trombeteiro

Saiu.....

recorda logo, de Camões, o verso *Trombeta de seu pai e seu correio*. Outras reminiscências da epopeia camoniana se encontram. Ao acaso, poderei citar a est. 4 do canto I (*E vós ó novo ramo produzido*); o hipébaton da est. 45 de Canto VI (*Martim Mendes será de l'ascorcelos*); a onomatopéia do livro VII, est. 25 (*Do exército cruel quadrupedante*), etc.

Como versos aceitáveis, outros ainda encontramos, *passim*. O retrato de Ana de Arfet, por exemplo:

*Com negros olhos graves e rasgados,
Faces de pura neve e fresca rosa,
Os dois pequenos lábios encarnados,
Que a boca faziam mais formosa,
As sobranceiras, arcos delicados,
Garganta e testa, cada qual lustrosa,
Barba e nariz perfeitos e excelentes,
Aljofres brancos por pequenos dentes.*

Escrito em pleno seiscentismo, o poema de Tomás não podia fugir á obcecação cultista, e grande quantidade dos seus versos acusa a influência da escola gongórica, com seus arvezados conceitos, seus jogos de palavras, sua mesma obscuridade:

*Formosos olhos, cuja luz formosa
Para ter luz, o mesmo sol procura...*

Ou este:

Onde do trato humano falta o trato.

Algumas estrofes ficam por isso mesmo charadísticas. As datas tem seu quê de linguagem de cabala:

*Criséo sair queria então do signo
Que de Alcides mordeu a plania ousado
Por entrar no Leão Fero e Maligno,
Que por do cão vizinho é mal julgado
Do mais fero planeta...*

O excesso de mitologia conduz não poucas vezes ao enfado. Mas o vocabulário é rico e a *Insulana*, quando mais não fôsse, poderia valer como monumento de boa língua portuguesa. Note-se que alguns nomes devem lêr-se com pronúncia diferente da que hoje é usual. Assim, nas estrofes 67 e 119 do Liv. I, 38 do II, 127 do III, leia-se *Anibál* (verso 4.^o), *Cleopátra* (verso 5.^o), *Pelicano* (verso 2.^o), *Héctor* (verso 1.^o). Isto não são propriamente liberdades poéticas, senão a pronúncia correcta do tempo, pelo menos dos dois primeiros exemplos, que se encontram também assim em *Camões*. Igualmente na estância 114, verso 6.^o do Liv. V, leia-se *ambrosia* e não *ambrosia*, como agora abusivamente se generalizou.

Em geral, os poetas tem um adjectivo de que usam com imoderação, quase por mania,

dêle servindo-se como de rípio para encaixar aqui e ali no verso, já sem significação própria. Camões tinha o *ledo*, Garrett o *doce*, Bocage creio que o *puro*. Manuel Thomás mune-se do *presto* e semeia-o por toda a obra. Inútil citar exemplos. Além do *presto*, mas em menor cópia, encontram-se o *advaro* e o *grare*. Como arrebique de linguagem citarei o *joiel cristiífero*, expressão complicadíssima que o poeta achou para dizer crucifixo. E para terminar, lembrarei ainda como sendo de boa poesia o final do canto III—todo êle o melhor—em que o autor faz considerações filosóficas sobre a eternidade dos heróis, a qual êles devem, em resumo, à dita de terem sido cantados pelos poetas.

A "Georgeida" de Medina

Tendo publicado em 1806 a sua *Zargueida*, Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, natural da Madeira, retomou a trombeta das mãos de Calíope e compôs em 1811 o poema a que chamou *Georgeida*. O seu primeiro poema, subtulado de heroico mas que na verdade é épico (o que elle mesmo reconhece no «Prólogo») obtivera certos louvores da roda literária do tempo. Bocage, solicitado num soneto a dar «perpétua fama e eterno brilho» á *Zargueida*, respondeu-lhe com igual produção—esta realmente bela—em que é exaltado o «metro altissono e fervente» de Medina. Duvidoso ainda quanto á perfeição da sua obra, o épico incipiente prometera corrigi-la mais tarde, melhorá-la, fazendo-a acompanhar de notas explicativas. Mas o favor do público convenceu-o da desnecessidade dos retakes e o poeta foi go-

sando de certa voga lisongeira. Ambições, certo as tinha como todos; na estrofe 3.^a do Canto I da *Zargueida*, dirigindo-se á Verdade (o poeta seria sempre avêzo a invocar esta deusa tão século XVIII) não se furtára a confessar:

*Se me tiras do lânguido letargo,
Serei novo Camões, meu Gama o Zargo.*

Todavia não era fácil ser novo Camões. Debalde o tentaram muitos vates antes de Medina. O destino, inflexível como Júpiter, fulminava sempre os titans da epopeia. Fôsse porém como fôsse, a *Zargueida* animou Francisco de Paula e ei-lo cinco anos depois mettendo ombros a segunda empresa épica. «Tendo por natureza um génio todo dado ás musas—esclarecia êle no Prólogo do novo trabalho— e um insaciavel desejo de imitar de algum modo aquêles que por suas composições originaes se tem feito recomendáveis á Posteridade, entrei na assaz arriscada empresa de cantar um dos mais virtuosos monarchas do Universo, cuja filantropia inexcedivel o constitue digno de milhares de epopeias». Não me parece contudo que esta mente ás musas dada a êste «insaciável desejo» fôsse motivos suficientes para o resolver á composição da *Georgeida*, poema que ainda hoje nos espanta pela excentricidade de escolher tal herói e de apresentar através de dez breves cantos sentimentos e ideas que a vida do autor desmentiria mais tarde por uma fórmula categórica.

Confesso que não compreendo a razão de poeina tão insincero, e sñ poderei achar certa

explicação se admitir que o poeta quis, com êle, lisonjear o inglês Roberto Page, a quem nomeia por «Novo Mecenas» e a quem faz uma poético-espalhafatosa dedicatória extra-poema. Este Page vivia na Madeira, onde era comerciante e por várias acções filantrópicas foi pelo rei de Portugal agraciado com a Torre e Espada. Medina, que tinha

*Ha muito mais de um lustro sepultados
Debaixo do vil pó do esquecimento*

os versos da sua *Georgeida*, resolve exumá-los da poeira ingrata, deita-lhes por cima uma dedicatória e um prólogo e manda-os de presente ao Page por intermédio do Vigário Apostólico Ataíde, — «Ataíde Imortal», já se vê. E o Mecenas britânico apadrinhou a obra e mandou-a aos prelos de Londres. Em 1819 saíu a lume, impressa por Stephen Couchman, de Throgmorton Street. É um livro de formato invulgar, mais comprido que largo, de XIV + 216 páginas. Na substituição dos tis por acentos agudos reconhece-se a proveniência tipográfica. Traz um soneto dirigido a Anastácio Betencourt Monís, e a resposta dêste, em paráfrase. Os historiadores literários pouco ou nada se lhe tem referido e de Medina e Vasconcelos citam apenas a *Zargueida*. Inocência reúne as duas numa crítica leve, desagradável mas justa. E o poema reingressou no «vil pó do esquecimento», donde o épico frustrado embalde o tentara salvar.

Que é, afinal, a *Georgeida*? Clássico retardatário, Medina engendrou, nas vésperas

mesmo do romantismo, um poema que lembra os de Côrte Real pelo emprego do hendecassílabo sôlto e que satisfaz ás condições da epopeia com ter indicação do assunto, invocação, dedicatória e exposição. Dentro dêstes preceitos intransgressíveis há porém originalidade. O heroi não é uma figura mítica nem um vulgo humano entrado já na história: é apenas um mortal vivente, embora Rei. O poeta dá satisfações para que o não acusem

De cantar um Heroi, que existe ainda.

A acção decorre, pois, na actualidade e esta é tão flagrante que o autor, para a perfeita confecção do seu poema, foi compulsando os periódicos ao passo que escrevia as estâncias. A metrificação é correctá, de grandes laivos bocaginos. E toda a narração pretende ser exacta, pormenorizada, minuciosa, como então se entendia que devia sêr uma epopeia. Mas não saíu, como de resto o autor já previa, um «Chefe de Obra»,—êste galicismo acusa a influencia do século, em vão flagelada por Filinto Eliseo.

Mas ocupemo-nos do heroi. Este Jorge III de Inglaterra, vencedor da França e da Áustria na guerra dos Sete-Anos e mais tarde vencido pelos Estados-Unidos, cuja independência teve que reconhecer,—êste Jorge III mantinha as hostilidades contra Bonaparte na última coligação das nações, ao tempo em que decorre a acção do poema (1807-1811). Quando êste acaba, o heroi é atacado de demência, sendo o Príncipe de Gales, futuro Jorge IV, chamado

a ocupar a regência. Felizmente para Medina, a sua epopeia estava pronta quando este golpe se deu; aliaz teria de a transformar numa tragédia à Sófocles. O que é certo é não ter nunca o homenageado lido a produção do vate português: além do mau sestro de não saber naturalmente a língua, a loucura e a vizinhança da morte, ocorrida em 1820, impediram-no de apreciar os versos brancos de Medina. O Príncipe de Gales (que com o pai e o Príncipe Regente de Portugal forma o *Terno Imortal* a quem a *Georgeida* é dedicada) teve, segundo referem os cronistas, uma mocidade alegre. Quanto ao futuro D. João VI, bem sabemos como este príncipe tem sido injustamente caluniado e tão mal compreendido. Todavia, por maior reabilitação que o seu nome mereça—e na verdade merece—muito longe está ainda de figurar legitimamente numa epopeia, com os epítetos exdrúxulos com que Francisco de Paula o glorifica.

Emfim, este é o *Terno Imortal*. Com elle o poeta rompe a marcha, depois de se haver detido um pouco a invocar a *Santa Verdade*, *Augusta Diva*. E a acção começa com um sonho de Napoleão, embarque da família real portuguesa para o Brasil, batalhas, proclamações, etc. Esta estranha invocação á Deusa Verdade merece um ligeiro comentário. O poeta não chamou logo de entrada os deuses pagãos, á maneira camonista, se bem que elles acudam do Canto III em diante com todos os tridentes e sulfúreas chamas da praxe. Não. Medina suída a Verdade, faz falar a Providência, mete em scena a Justiça, movimenta a

Vingança e põe a Vanglória a dizer pillérias a Napoleão. Este aparato de revista teatral é nem mais nem menos que um reflexo das ideas philosophicas do vate, hauridas na Revolução Francesa—sem embargo de êle a fulminar neste poema, vê-se bem com que sinceridade! Só faltou a Deusa Razão. E', por assim dizer, um maravilhoso racional, que emparceira com o mitológico da mesma forma que noutras epopeias este último anda de mistura com o maravilhoso cristão.

Diz o anotador das *Saudades da Terra*, que Francisco de Paula foi «desde a mocidade sectário das ideas dos filósofos do século XVIII», pelo que veio a sofrer desgostos e prisões. Foi partidário da Constituição de 1821, chegando a ser condenado por acontecimentos havidos nessa altura e em que êle se salientou. Acabou seus dias em Cabo Verde, como deportado político (1824). Na sentença fala-se da sua filiação maçónica e das injúrias que em público teria proferido «contra o Trono e mais pessoas de Suas Majestades, tão graves que se julgam indignas de escrever neste acórdam».

Tudo isto está em opposição com os sentimentos de súbdito fiel dum Príncipe em quem chegou a notar... «um ar semidivino»!

*A Quem respeito, a quem adoro e prezo,
Protestando por Ele dar a vida.*

Tudo isto, igualmente, contradiz as ideas

expostas no poema àcerca do «liberalismo e seus sequazes» e da

... *Desordem cruel estulta e cega*

que em França levava Luiz XVI ao cadafalso e de que Medina traça um quadro de violento colorido. Em muitos lugares do poema se encontram anotações em prosa, da autoria do poeta, justificando o que afirma no texto. Pela maior parte tratam de corroborar as palavras veementes que Medina e Vasconcelos dirige ao Imperador, a quem apoda de monstro, e cujos desastres parece ter vaticinado com antecedência de dois anos.

O valor estético da *Georgeida* é bem pequeno. Descrevendo acções contemporâneas, resoiçadas dos jornais, o poeta sacrifica a inspiração ao alinhamento rigoroso dos factos, por vezes feito prosaicamente.

O decreto que o Príncipe Regente firmou antes de se ausentar da metrópole é transcrito em versos pelo nosso épico, quase com as mesmas palavras, numa extensão de três páginas. A necessidade de referir os nomes dos ingleses que tomaram parte nas guerras peninsulares leva-o ao ponto de escrever versos como estes:

*Ferguson, Nightingale, Crawford, Fane,
Spencer, Bathurst, Lake Hill, Tucker e Rode!*
.....
Fyre, Spencer, Anstruther, Taylor, Travers,

etc., que medina de boa fé supôs que eram

poesia. Um episódio curioso é o do Canto III, quando o Tejo, figurado numa espécie de Adamastor fluvial

*...de longos seminegros limos
Que de mistura com as cãs se espalham
Sôbre os musgosos encurvados ombros,*

começa saúdoso e aflito, a gritar o seu adeus á família real que se exila. Como personagem anosa e experiente, o Tejo diz algumas verdades que deveriam ter comovido o coração do Príncipe. Porém, entusiasmado com o discurso,

*O corpo todo nu aplumbeado
Em bordão de cristal mal sustentando,
Apenas acabou, se atira aos mares,*

imprudência que o leva a incorrer na cólera de Neptuno, por ter invadido os seus domínios. Então este, que é bastante zeloso da sua propriedade,

*Estomigado, alçando o seu tridente
Atira-lhe um revez tão desmedido
Que o fez ficar ali desacordado.*

Tal sova aplicada pelo rei dos mares a um rio tão respeitável e antigo é censurada por um Tritão, que vai contar o successo ás Tágides, e estas vem buscar em braços o Venerando Pai; e ao mesmo tempo insultam o

atrevido Neptuno com tais impropérios, que este

*...punir quisera, mas não pode
Porque as leis da decência lho proibem.*

Tal é o pitoresco episódio do Canto III. Também não quero deixar de pôr em relêvo o interesse histórico d'este poema, como crónica metrificada que é de várias acções militares do século passado, desenroladas em território português. Como a *Brasiltada* de Santos e Silva, que tem por acção a «judiciosíssima evasão de S. A. R. para os seus estados do Brasil»—sucesso de pedestre heroismo, lhe chama Camilo no *Curso de Literatura*—a «*Georgeida* elogia também o acto político da família real portuguesa. Medina enfileira assim com os escritores que justificam a saída do futuro D. João VI para a América, com a vantagem de o fazer a quatro anos de distância do facto—no que se torna um precursor de António Sardiña e do sr. Oliveira Lima. A este acto da família real lusitana o autor da *Georgeida* alude várias vezes, salientando sempre a sugestão exercida pela Inglaterra. Por exemplo, na fala de Stangford:

*O Meu Grande Monarca, o Teu Amigo
Sempre firme.....
...quer que tu na Esquadra Lusa
Fujas de Portugal, sem qualquer mora,
E que lá do Brasil nos Teus Domínios
Vás firmar o teu Teu Trono Augusto e Régio.*

E noutro lugar:

*«A Providência quer que vá com elle
«A Família Real e a Corte Sua.*

Sem receio de exagerar, o poeta considerou o acto como dos mais dignos de fama:

*Confundam-se os Perversos, contemplando
Com seriedade o Facto assaz bem digno
De Memória Imortal. Da Antiga História
Folheem-se os volumes por mil vezes
E appareça um Sucesso portentoso
Mais digno de attenção, digno de Espanto.*

Entre os «transportes váticos» a que Medina se entrega ao encerrar a sua epopeia, parecem-me de boa poesia estes versos e com elles dou por finda a minha apressada digressão:

*Quanto mais Te contemplo, mais me sinto
Entranhár-me nos Ceus! Um ser divino
Tu me dás e me pões calcando os astros!
Par a par de mil éxtasis sagrados
Humano já não sou, e sóbre a terra
Cai a tuba da mão por ser humana!*

O Cónego Alfredo, poeta

A poesia lírica portuguesa, durante o romantismo, não foi bela nem interessante. Exceptuados Herculano e Garrett, o primeiro pela originalidade da feição religiosa que imprimiu aos seus versos, o segundo culminando como grande poeta até ás *Folhas Caidas*—são os restantes líricos da época de muito restrito interesse, e pasmamos hoje da nomeada que então as suas produções alcançaram, a ponto de José de Serpa se erguer a chefe de escola e João de Lemos pontificar como um aêdo superior.

Castilho permanecia um clássico. Não contribuiu para o novo movimento literário, e é dentro dos moldes do classicismo que a sua poesia atinge, por vezes, uma grande beleza, cheia de académica tranquilidade. Mas a atmosfera romântica pesava principalmente sobre Coimbra, e as gerações sucediam-se, cada uma

trazendo a sua pequenina novidade. Já Soares de Passos lançara o *Novo Trovador* e pusera em voga a ultra-melancólica interpretação da vida e do amor mortuário e saudável, quando o Cônego Alfredo César de Oliveira e os seus confrades das *Flores da Madeira* escreveram as poesias que formam esta colecção, dada á estampa em 1871 e 72. Por certo, todos os corifeus do romantismo impressionavam as liras ilhoas, desde os alemães, de quem soprara a nova aura sentimental, aos franceses e aos portugueses. Nas mesmas epígrafes que se vcem nos trechos líricos das *Flores*, encimando as estâncias como uma declaração de gosto, uma preferência expressa, deparamos com os nomes de Uhland (traduzido em França por Lamartine), Hugo, Garrett, João de Lemos, Passos, e mesmo a Alcipe, tida por muitos como uma inspiradora—ela e Filinto—do romantismo lusitano. Mas é o romantismo na sua terceira fase, a fase do pessimismo iniciada aí por 1851, que distingue as peças poéticas reunidas nesses dois volumes das *Flores*. Falarei apenas dum dos coordenadores, e colaborador também, o Cônego Alfredo de Oliveira, fundador do *Diário de Notícias* do Funchal.

Ha nos dois tomos produções assinadas com o seu nome. No segundo, porém, apparecem duas poesias firmadas com três asteriscos, que uma tradição pretende sejam igualmente da sua autoria. Quanto ás primeiras, creio que ellas pouco acrescentam á gloria literária do esforçado jornalista, do orador e do parlamentar. São banais peças congratulatórias, ou de amizade, ou fúnebres. E' uma ode ao rei D.

Pedro V, é uma evocação aos «campos onde eu nasci», e pouco mais do que isto; e nestas composições sente-se o estrebuchar do romantismo, que falho de originalidade e tendo já vibrado todos os sons da sua lira gasta, gemia uma frouxa melopea monocórdia e triste. Os anseios metafísicos de Passos não saíram da poesia de Passos. As preocupações intelectuais de Quental viriam só mais tarde, depois de 65. Os últimos românticos ainda exauriam as fezes do sentimentalismo artificial, medonhamente monótono e estreito, no período a que pertencem as poesias de Alfredo de Oliveira, e as de quase todos os colaboradores do repositório insular.

Todavia o sentimento do amor, sendo velho como o mesmo mundo, é por vezes inspirador de obras que revolucionam pelo inaudito e transformam a literatura de lés a lés. Quando João de Deus começou divulgando, *inter amicos*, as suas métricas deliciosas, não trazia o poeta um novo credo nem reformara o vocabulário ou a syntaxe. João de Deus dizia, com as mesmas rimas dos outros, os sentimentos próprios que não divergiam muito dos seus semelhantes. E no entanto, que frescura e que novidade! Pois, numa poesia datada de 1862—três anos antes da escola coimbrã—Alfredo de Oliveira (se de facto as três estrelinhas com elle se identificam) parecia pressentir qualquer transformação no gosto, qualquer cousa que diverge em forma e espirito da tarda e fúnebre inspiração que ditara os outros versos saídos da sua pena. Ambas as peças anónimas contem matéria amorosa, e por aí se

compreende o melindre do sigilo. Mas a primeira, intitulada *Morta*, é semelhante ás outras assinadas, e só apresenta a curiosidade biográfica de revelar o lado profano do eclesiástico. Não assim a que tem por título *Fogues!* donde se exala uma simplicidade tocante; é esta que lembra João de Deus pela concepção abstracta do amor, ausente de materialidade, e pela forma em que é escrita, pois, como nos muitos arroubos líricos do poeta da *Adoração*, esta poesia anónima das *Flores da Madeira* é também toda ella uma successão de imagens, que revelam um estado de puro devaneio:

*Tu és o canto longínquo
Que mal sôa e não existe!
É's o sorriso fugace
Que roça os lábios do triste!*

*Tu és em noite de outono
Lânguido raio da lua!
É's a sombra do narciso
Que sôbre as águas flutua!*

*É's o perfume da brisa
Que as florinhas foi beijar!
É's a virgula de fumo
Que se esvaece no ar!*

*É's a beleza ideal
Com que o artista sonhou!
É's a nuvem vaporosa
Que no horizonte assomou!*

*E's o suspiro saudoso
Que do peito me fugiu!
E's o rubor fugitivo
Que a tez pálida tingiu!*

*E's o delírio de um beijo
Que noutro vai fenecer!
E's a lagrima que eu vi
Nuns olhos azuis morrer.*

Uma vez que possamos com toda a segurança atribuir ao Cônego Alfredo a autoria destes versos—pois agora apenas o faço conjecturalmente—só teremos a lamentar que uma única amostra exista impressa desta maneira tão fácil e perfeitamente estética, em opposição com as tendências do «formoso centro literário» (1), como levemente Teófilo Braga chamou ao grupo dos vates ilheus.

(1) No n.º 5 do jornal *A Lâmpada*, que se publicou no Funchal em 1872, encontra-se uma carta de Teófilo Braga dirigida ao Cônego Alfredo, na qual agradece a oferta das *Flores da Madeira*, — «mimoso presente», chama êle. Aí diz Braga que Antero de Quental tentou em 59 fazer uma publicação idêntica, que incluisse as melhores poesias de todos os vates açorianos; que no último volume das *Flores* devera vir um esboço da poesia da Madeira; e que a importância dessa colectânea está em auxiliar a história completa da literatura portuguesa. «Sem esse livro não se suspeitava que aí existisse um tão formoso centro literário».

Quanto á idea de Quental, parece que na verdade esteve para se realizar: num dos volumes das suas prosas, editadas pela Imp. da Universidade de Coimbra, vem a circular que o poeta chegou a dirigir, nesse sentido, a alguns dos seus confrades conterrâneos.

Os Senhores das Selvagens

**MEMÓRIA HISTÓRICO-GENEOLÓGICA SOBRE
A FAMÍLIA CRIADO DA ILHA DA MADEIRA**

NOTÍCIA HISTÓRICA

As Selvagens ou Salvages, pequeno arquipélago no Oceano Atlântico, composto de três ilhotas desabitadas e alguns ilheus, foram descobertas, diz Diogo Gomes de Sintra, pelas caravelas do Infante. João de Barros as incluiu nas Canárias e o autor das *Saudades da Terra* achou mais cortezão attribuir o seu descobrimento aos castelhanos. (1)

Talvez por serem minúsculas e remotas, nenhuma referência lhes fizeram os reis e o Infante D. Henrique; na relação das ilhas per-

(1) A 2.^a edição do Liv. 2.^o foi feita sobre a cópia da Biblioteca da Ajuda quanto a alguns capítulos, entre os quaes este LI. Ai nada se diz sobre as Selvagens, pois o que, acerca destas ilhotas, se lê na 1.^a edição, foi interpolado no original já depois de tirada a cópia hoje da Ajuda e então pertença do Padre Martim Gonçalves. Diz a interpolação, entre outras coisas, o seguinte: «Estas ilhas, chamadas Selvagens, parece que deviam ter sido achadas depois das Canárias por castelhanos, tem senhorio castelhano, como tambem já agora a Ilha da Madeira com suas adjacentes e estas dos Açores. . . com que parece ficar este glorioso e poderoso Rei Católico o maior senhor do mundo.»

É bem um acrescentamento oportuno, por certo não da autoria de Frutuoso, mas da mesma pena que escreveu os elogios de Tristão da Velga e do Bispo Figueiredo. Há, em todos estes capítulos, o propósito evidente de honrear Filipe II e os seus partidários. O morgado Arruda, que viu o autógrafo, diz apenas que o cap. LI está emendado na conta.

António Cordeiro, na sua *Hist. Insular*, seguindo como sempre as *Saudades* (cujo Ms. compulsou) escreve por sua vez o seguinte: «Ultimamente, trinta léguas da Madeira para o sul e indo para as Canárias, estão duas ilhotas mais, a que chamam as Selvagens, com distância

tencentes á Ordem de Cristo, falava-se só, quanto ao arquipélago madeirense, da Madeira, Porto Santo e Deserta. Não há dúvida, porém, de que foram portuguesas e tinham senhorio particular no século XVII: estavam na posse dos Teixeira Caiados, de Santa Cruz. Como foram ter a esta família, se por doação do Mestrado, se tomadas de sesmaria a qualquer dos dois donatários da Madeira, é ponto ainda nebuloso, que não conseguí aclarar. De positivo se sabe que entraram na terça dos bens do cónego Manuel Ferreira Teixeira, bisneto por varonia de João Gonçalves Caiado,—terça deixada por êle em testamento (se bem que já

de três léguas entre si, e uma tem meia légua de terra, e outra pouco mais; a maior tem gado, e ambas senhor castelhano de quem são, porque ambas devem entrar no número das doze Canárias...» (Cap. XVII). Cordeiro nasceu em 1641, portanto depois da Restauração. Publicou o livro em 1717, quando as Selvagens tinham incontestável senhorio português,—e precisamente no ano em que o cónego Manuel Ferreira fez testamento da sua terça, na qual elas foram inventariadas. E todavia insiste em incluí-las no arquipélago das Canárias!

Estes factos, conjugados com o equívoco de Barros e com o silêncio dos outros historiadores e do próprio Infante ácerca dessas ilhotas—pois só Diogo Gomes attribue o descobrimento a portugueses e diz que D. Henrique os autorizou a irem lá buscar urzela, pagando-lhe um quinto—estes factos fazem suspeitar que realmente as Selvagens eram em número desconhecido, sem soberania política definida, e durante muito tempo sem senhorio particular. Prova disso é a grandíssima embrulhada que o já mencionado Barros (no cap. XII, liv.º I da 1.ª Dec. da *Ásia*) estabelece a propósito das Canárias,—apresentando-as também ora castelhanas ora portuguesas, através de mil complicadas conquistas, doações e até compras e vendas!

prometida, antes) a favor de sua sobrinha Filipa Cabral, filha de sua irmã Isabel da Silva Teixeira, mulher de Constantino Cabral de Sousa. A data do testamento é de 22 de Fevereiro de 1717; a promessa de deixar a terça foi feita na ocasião do casamento da futura tercenária, portanto em 1711. (1)

Diz o cônego, no instrumento referido: «Deixo a minha Terça a minha Sobrinha, filha de minha Irmã, casada com José Ferreira de Andrade, na qual Terça imponho que a dita minha Sobrinha me mandará dizer em cada hum anno hum Missa a Nossa Senhora dos Remedios enquanto o mundo durar.» E mais além: «...se empregará em fazenda para que sempre seja vista a dita Terça, a qual andarã sempre em seu filho, ou filha que mais velho for da dita minha Sobrinha, e não tendo filho *passará ao parente mais chegado da geração de meu Pay*, e não havendo geração hirã a dita Terça á Confraria de Jezus da Sé com a mesma penção». A passagem sublinhada prova que os bens do testador procediam de linha masculina, e dêles faziam parte, com igual procedência, as referidas ilhas Selvagens,—pois estas entraram no inventário da terça, prestado pelo padre Francisco Lemelino, filho do autor da herança, (pois sôra casado anteriormente) e o qual fez aos tercenários o pagamento de 2.362\$297 reis. Diz assim o rol: «Item lhe

(1) Na sua monografia *As Selvagens*, o sr. Alberto Sarmiento diz que o cônego doou em 1560, o que é impossível por todos os motivos.

deram em seu pagamento a ilha da Salvagem em trezentos mil reis».

As partilhas foram confirmadas por sentença, visto terem sido embargadas pelo mesmo filho do testador; porém os embargos não se receberam. Alega o embargante, entre outras coisas, erro de adjudicação quanto ás ilhas, ao que o julgador respondeu: «Por esta mesma razão cessa a queixa (porque êle, por morte de sua mãe, recebera a legitima que lhe tocava) ou o outro chamado erro da adjudicação das Selvagens, que por ser parte muito remota pareceu mais racional adjudicar-se antes a hum Leigo que a hum Sacerdote.» Termina a sentença por condenar o procurador do embargante, Inácio Gomes Cardoso, á pena de três dias de aljube e quatro mil reis de multa, por haver dito, no fim da sua sustentação, que os erros da partilha eram «tão crassos e notórios que as palpadellas se conhecem», sendo para admirar succedesse «em hum Juizo Ecclesiastico que devia servir de Exempto neata materia.»

O cônego Manuel Ferreira tambem possuía escravos entre os valores da sua enorme fortuna. Diz êle no testamento: «Declaro que a minha mulata Domingas a tenho forrado há muitos annos e não terá herdeiro meu que entender com ella porque assim o ouve por bem e ella mo merecia.» A-pesar de fôrra por vontade do seu senhor, a mulata Domingas deu origem a um dos embargos, citando-se a esse propósito, de parte a parte, as opiniões dos doutores das leis sôbre o assunto. Por sua vontade, éxarada nessa disposição testamentária,

o corpo do cônego foi vestido para a sepultura com o hábito de S. Francisco debaixo das vestiduras sacerdotais. Ficou na capela-miôr da Sé, e acompanharam-no cinquenta pobres (que cada um recebeu um vintem), cabido, beneficiados de Nossa Senhora do Calhau e de S. Pedro e religiosos franciscanos. Este testamento foi aprovado a 17 de Março de 1717 pelo tabelião Filipe Rodrigues Cunha e aberto no ano seguinte, a 22 de Fevereiro, nos aposentos do juiz de fora corregedor João de Andrade e Albuquerque.

O encargo da missa anual parece que nunca foi cumprido, porque, em 1733, correram uns autos pelo Juizo da Provedoria dos Resíduos e Capelas, por ter sido sequestrada, em pagamento da pensão, a propriedade dos herdeiros denominada o *Castelo*. Estes responderam que a terça do cônego lhes fôra dada em vida d'ele (mas na realidade apenas prometida, como se vê do testamento), sem nenhum encargo, e assim mesmo se sentenciou. Mais tarde, em 1803, sendo morgada D. Ana Cândida Cabral, seu tio o padre Francisco Plácido Cabral de Noronha intentou-lhe uma acção de revindicação e partilha das Selvagens e de outros prédios, apresentando muitos *provas* e fundando os seus direitos no facto de ter sido anulada por acórdam a disposição testamentária na parte respeitante ao vínculo. Depois da morte de D. Ana Cândida, seu marido Francisco António do Nascimento habilitou os filhos menores João e Emília e continuou o processo, que por fim ganhou, depois de muitos apelos e agravos, em 1816.

Figuram estas ilhas nos livros da Conservatória do Registo Predial do Funchal, sendo Francisco do Nascimento e sua mulher os possuidores mais antigos. Em 1851 o filho primogénito destes, João Teixeira Cabral de Noronha, protestou perante o governador civil de então (José Silvestre Ribeiro), em petição assinada pelo advogado Sérvulo Drumond de Menezes, contra as investigações a que andava procedendo, nas Selvagens, a tripulação de certo navio inglês,—investigações que tinham por objectivo o tesouro mexicano que a lenda diz ter sido lá escondido. O governador oficiou ao cônsul britânico (G. Stöndart), remetendo o requerimento em que o morgado demonstrava os seus direitos de senhorio. Por sua vez o cônsul o enviou para o *Foreign Office*, tendo sido finalmente tomadas todas as providências requeridas.

Em 20 de Abril de 1863, o mesmo morgado João Teixeira registou as três ilhas a fls. 82 do Liv. 1.º do Registo Vincular do Distrito do Funchal, para cumprimento da lei de 30 de Julho de 1860, tendo entrado no cofre do Governo Civil, em 3 de Janeiro dêsse ano, com a quantia de 7.300 reis para despesas do acto. Apresentou ao mesmo tempo certidão de medição e posição do prédio, feita pelo agrimensor José Guido de Canha. (1)

(1) «Certifico eu João Guido de Canha, Agrimensor ajuramentado pela Camara Municipal da Villa da Ponta do Sol, que fui chamado pelo Ill.º Sr. Morgado João Teixeira Cabral de Noronha, para hir ás Ilhas Selvagens que o mesmo Ill.º Sr. administra como vincu-

Em 28 de Março de 1864, êle, seu filho Constantino e seu cunhado Joaquim José de Freitas hipotecaram a propriedade a vários crêdores, que se reservaram o direito de administração. A escritura foi lavrada nas notas do tabelião Cândido Leal e Lacerda (Livro 26 fls. 82) e registada na Conservatória. Finalmente, em 1904, Constantino Cabral de Noronha e seu irmão Francisco venderam, por oito contos de reis, estas ilhas a Luís da Rocha Machado.

ladas, e aonde me transportei a bordo do hiate *Sancto Christo da Esperança* de que é Cap. Jacome Jozé Brazil, cujas Ilhas sem habitantes estão situadas a 30.º Lat. N. e 18.º Longit. O. de Greenwich, e confrontão pelo N. S. L. O. com o már, e sendo por inim medidas e avaliadas nos dias 12, 13 e 14 de Outubro d'este anno, achei ter por medição a 1.ª que é de maior extensão e mais productiva, seis mil sette centos e quarenta e tres alqueires e sessenta e oito centessimos, igual a 509 hectares, 82 ares, e 22 centeaes; a 2.ª tres mil quinhentos e vinte alqueires igual a 266 hectares, 11 ares e 20 centeaes; e a 3.ª mil quatro centos e quarenta alqueires, igual a 108 hectares, 86 ares, e 40 centeaes, e calculando o seu rendimento em quinhentos e cincoenta mil reis segundo o que observei e informações que tomei n'esta Ilha da Madeira, estimo-as todas no valor de onze contos de reis.

E para constar passo a presente por mim assinada, confirmando-a com o juramento do meu Officio.—Funchal, 22 de Novembro de 1861.—*João Guido de Canha*.

APARATO GENEALÓGICO

BRAZÃO DE ARMAS—*Em campo vermelho um elmo de prata, de frente, guarnecido de ouro, entre um lobo de sua cor armado de ouro e um galgo de prata com coleira azul. Chefe de ouro com três folhas de golfeão de azul. Timbre, o lobo do escudo.*

Dizem os nobiliários madeirenses (1) que Julião ou Gião Caiado era um «fidalgo de co-ta de armas, da antiga linhagem dos Caiados». Não consta que, com o mesmo apelido, se estabelecesse nesta ilha outro indivíduo, nem antes nem depois de 1460, data assinalada á vinda de Gião. (2) Os seus descendentes, porém, não conservaram o apelido durante muito tem-

(1) Sobre nobiliários madeirenses, veja-se o *Prólogo* da obra do sr. João J. M. Rodrigues de Oliveira, *Genealogia Aristocrática e Popular das ilhas do Porto Santo e Madeira*, começada a publicar no *Jornal da Madeira*, 10 de Junho de 1926.

(2) Gião Caiado vem referido nas *Nótas ás Saudades da Terra*, em aditamento, por informação do genealogista José Bettencourt da Câmara. Azevedo, quando publicara nessa mesma obra o sumário dos apelidos da Madeira, tinha mencionado só o nome dum *Gonçalo Caiado, procurador da Câmara do Funchal em 1471*. Trata-se evidentemente de pessoa que vivia fora do arquipélago e talvez seja mesmo confusão com Nuno Caiado, também procurador (de todas as câmaras da Madeira) a quem adiante no texto se faz referência.

Quanto á grafia deste apelido, cite-se a variante *Cayado*.

po, tendo-o substituído por outros, de famílias com quem se haviam dado ligações de parentesco. Assim, ainda no século XVI, predominou o apelido Teixeira, em virtude de duas sucessivas alianças com a posteridade do donatário de Machico,—motivo porque alguns nobiliários falam nos «Teixeiras Caiados de Santa Cruz». Mais tarde o ramo primogénito, que veio a extinguir-se no século XVIII, passou a apelar-se Lomelino, Teixeira e Vasconcelos, e só ressuscitou o nome antigo com o seu penúltimo representante, o capitão António Teixeira Lomelino de Vasconcelos Caiado. Por seu lado, o ramo mais novo passou a chamar-se Cabral ou Menezes Cabral, por causa também de duas sucessivas ligações, estas agora com a descendência insular dos senhores de Belmonte.

O nexos destes Caiados da Madeira com os de Portugal e dos Açores, não tem sido fácil de estabelecer. Os próprios Caiados do continente constituem um problema genealógico dos mais intrincados com que tem labutado os linhagistas nacionais. O sr. Nogueira de Brito tratou este assunto em artigo especial (1); tanto este autor, como o visconde de Sanches de Baena (2) são de opinião que o apelido Caiado provem de Castela, não se sabendo todavia ao certo de quem deriva.

No século XV já existiam Caiados no continente português. Sanches de Baena transcre-

(1) *Tambo Histórico e Genealógico de Portugal*, dos srs. Afonso de Dornelas e Gusmão Navarro. Vol. II.

(2) *Arquivo Heráldico-Genealógico*.

ve, dos papeis achados no real cartório de Évora, uma carta de braço passada no reinado de D. Manoel a favor de Nuno Caiado (1). Este Nuno Caiado é certamente o mesmo que em 1493 fôra provedor das câmaras da Madeira e ao qual se refere mais de uma carta de D. João II (2). Talvez fôsse irmão de Gião Caiado. Baena nomeia ainda um Nuno Caiado de Gamboa, fidalgo castelhano que passou a Portugal em 1526, isto é, já no tempo de D. João III. Junte-se a estes o nome de Henrique Caiado, célebre latinista que nasceu em Lisboa e morreu em 1508 (3) e o de Luís Afonso Caiado, que em 1445 tomou dez cativos nos ilheus de Arguim, quando da expedição das caravelas armadas por Gonçalo Pacheco, da casa do Infante. (4)

Gaspar Frutuoso fala de certo João Caiado, capitão duma frota portugueza, que na costa de Malabar, por meado do século XVI, foi em socorro de D. Bernardo Coutinho (5); e, tratando das gerações de S. Miguel, menciona Francisco Dias Caiado, natural do Porto, que serviu de juiz e vereador na então vila de Ponta Delgada. Faleceu em 1543 e foi casado com

(1) *Arquivo Heráldico-Genealógico*.

(2) Registadas no Liv. 1.º das Vereações de Machico e no Liv. 13 da Alfândega do Funchal, a flas. 100; e no Arquivo da C. M. F. Liv. 1.º flas. 48.

(3) Padre António dos Reis, *Corpus Illustrum poetarum lusitanorum, qui latine scripserunt*.

(4) Pinheiro Chagas, *Hist. de Portugal*, vol. III.

(5) *Saudades da Terra*, Liv. 3.º cap. XXV.

Tareja Gonçalves, filha de João Gonçalves Tangedor, natural de Biscaia, da qual teve onze filhos e filhas, com geração. (1)

Gião Caiado veio de Estremoz para a Madeira em 1460 e fixou-se no então lugar de Santa Cruz. Era cavaleiro da Casa Real e comendador na Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Recebeu terras de sesmaria, do 1.º capitão donatário de Machico. Não se sabe com quem casou, «mas houve legítimo» — diz uma relação manuscrita — a António Gonçalves Caiado. A este António Gonçalves Caiado se reportou seu sétimo neto, o já citado António Manoel Lomelino de Vasconcelos Caiado, quando, em 1796, requereu carta de braço de armas dos Caiados, a qual lhe foi passada com data de 3 de agosto dêsse ano. (2)

O facto de Gião Caiado ser comendador da Ordem de Cristo e ter casado, não é contraditório como á primeira vista parece. A permissão para os cavaleiros e comendadores desta ordem poderem contrair matrimonio fôra impetrada já do papa por el-rei D. Duarte, embora só mais tarde Alexandre VI (que morreu em 1503) a concedesse, a súplicas de D. Manoel (3). Todavia, quando veio a bula, já muit-

(1) *Saudades*. Liv. 4.ª, Cap. XVII.

(2) Registada a fls. 131 Liv. V, do Cartório da Nobreza.

(3) Rui de Pina — *Crónica de El-Rei D. Duarte*, — Cap. VIII.

tos deles se tinham consorciado, sem esperar por ela—tanto isso era uma aspiração legítima e geral.

A *Insulana*, nas estrofes em que cêlebra os apelidos dos antigos povoadores da Madeira, inclue tambem o dos Caiados. (1)

Neste título seguem-se apenas as linhas varonis, excepto o §.º 6.º (Cabrais Teixeira de Noronha), que se continua por lémea, pela razão de incorporar o vínculo das Selvagens, —caso que se repete em o n.º 10 do mesmo parágrafo (Cabrais de Noronha Nascimento).

§ 1.º

N.º 1. Gião Caiado, que passou á Madeira em 1460 e viveu em Santa Cruz. C. c. N. . . Teve filho

2.—António Gonçalves Caiado.

N.º 2. António Gonçalves Caiado morou tambem em Santa Cruz. Foi, como seu pai, fidalgo da Casa Real e um dos primeiros ofi-

(1) Liv. IX, est. 111, verso 5.º

ciais da câmara daquela vila, em 1515. C. c. Isabel Rodrigues Teixeira, filha de João Rodrigues Teixeira, o gordo, cavaleiro na Ordem de Cristo, e da família dos donatários de Machico. Teve filho

3--João Gonçalves Caiado

N.º 3. João Gonçalves Caiado morou também em Santa Cruz, onde instituiu um vínculo com capela, na qual, por sua morte, foi sepultado. (1) C. em 1 de novembro de 1548 c. Beatriz Ferreira, filha B. de Fernão Teixeira, o velho, a qual, tendo sido dotada para freira, transgrediu a vontade paterna (2). Tiveram filhos:

4--Fernão Teixeira de Ferreira, que segue.

4--António Teixeira Caiado § 2.º

N.º 4 Fernão Teixeira de Ferreira, 2.º

(1) Essa capela seria a de Jesus Cristo, ou a de S. José, ou a de S. Fernando, ou a de Nossa Senhora do Rosário ou a de S. Sebastião, porque de todas estas se ignora o nome do instituidor. Cf. *Elucidário Madeirense*, artigo *Santa Cruz*, e *Memórias eclesiásticas e seculares...*, ms. de Henrique Henriques de Noronha.

(2) Este Fernão Teixeira era filho de Fernão Vaz, cuja ascendência se ignora, e de Branca Teixeira (filha do genovês João Usadamar e de sua mulher Tristão Teixeira, uma das filhas do 1.º capitão de Machico).

morgado, c. c. Catarina de Gouveia, filha de Manoel Fernandes e de Francisca Dias, Tiveram filho

5—Manuel Ferreira Teixeira.

N.º 5. Manuel Ferreira Teixeira, 3.º morgado, nasceu a 15 de agosto de 1610, em Santa Cruz. (1) C. ali, em 26 de agosto de 1629, c. Maria da Silva e Aboim, filha de António Gonçalves de Aboim e de Isabel da Silva. Tiveram filhos:

6—Manuel Ferreira Teixeira, o moço, que segue.

6—António Teixeira da Silva, que c. c. Juliana de Vasconcelos, filha de Gaspar Dias Pereira e de Maria de Vasconcelos. S. g.

6—Isabel da Silva Teixeira, que c. em Santa Cruz a 15 de Dezembro de 1663 c. Constantino Cabral de Sousa, natural de Machico, seu primo pelos Teixeiras (2). Tiveram filhas:

(1) «Fez justificação de sua nobre ascendência até João Caiado.»

(2) Constantino Cabral de Sousa ou Constantino Cabral de Sousa Roboredo era filho de Gaspar da Corte e Vasconcelos e de Isabel Cabral, casados em Machico a 4 de Julho de 1638. Por linha varonil, procedia de Gaspar Mendes de Vasconcelos, que passou á Madeira com seus primos Martim Mendes e Mem Rodrigues de Vasconcelos (todos descendentes de Martim Moniz, morto na tomada de Lisboa) e aqui casou com uma filha de Tristão Vaz, Ca-

a) Isabel da Silva Cabral, mulher de seu primo António Coelho Caiado, § 2.º n.º 7.

a) Filipa Cabral de Vasconcelos, mulher de José Ferreira de Andrade Noronha, § 6.º n.º 7.

tarina Teixeira: Gaspar Mendes e Catarina Teixeira—Miguel Teixeira de Vasconcelos e Ana Calaça—Cristóvam Teixeira de Vasconcelos e Isabel de Mendonça, descendentes de Bartolomeu Perestrelo—António Mendes de Vasconcelos e Beatriz da Côrte—os já mencionados Gaspar da Côrte e Isabel Cabral.

Pelo lado materno, procedia dos Sousas, dos Cabrais senhores de Belmonte, e dos Câmaras, porque: sua mãe Isabel Cabral era filha de Constantino Cabral de Sousa (c. c. Leonor de Moura e S. Paio), neta de Isabel de Sousa, bisneta de João Rodrigues de Sousa, 3.ª neta de Rui de Sousa o velho e de sua mulher Constança Cabral, que era filha de Diogo Cabral e de Beatriz Gonçalves da Câmara, filha de Zarco. Este Diogo Cabral, como se sabe, era filho de Fernão Alvares Cabral e de Teresa de Novais de Andrade; elle, senhor de Belmonte, era filha do almirante de Portugal Rui Freire de Andradê. Portanto, Diogo Cabral era tio de Pedro Alvares Cabral, descobridor do Brasil e de outro Diogo Cabral, que também passou á Madeira; primo de Fr. Gonçalo Velho, o comendador de Almourol, e de João Soares de Albergaria, donatário de Santa Maria dos Açores. António de Carvalho da Costa, na sua *Geografia de Portugal*, tomo 2.º, não faz menção do genro de Zarco quando trata dos Cabrais de Belmonte: Todavia os nobiliários madeirenses são unânimes nessa filiação.

Rui de Sousa o velho, atrás referido, foi poeta do *Cancioneiro Geral* e era bisneto, por varonia, de Martim Afonso de Sousa.

N.º 6. Manoel Ferreira Teixeira, o moço, 4.º morgado, nasceu a 11 de junho de 1630 e c. a 21 de Novembro de 1652 c. Maria de Vasconcelos, filha de Estevam Lomelino e de Catarina Ferreira de Vasconcelos, e neta de Estevam Calaça, que herdou, por sua mulher, o morgado dos Lomelinos. Depois de viuvo fez-se padre, foi vigário de Santa Cruz em 1687, ascendeu ao canonicato (1), e em 1690 instituiu uma ermida no sítio do Moreno, no termo daquela vila (2). Deixou a terça a sua sobrinha Filipa Cabral, § 6.º. Morreu em 1718. Tiveram filho

7—Francisco Lomelino Teixeira.

N.º 7. Francisco Lomelino Teixeira nasceu a 7 de Outubro de 1657. Foi padre e teve B. B. em Beatriz Favila de Vasconcelos, do Porto Santo:

8.—Rodrigo, que morreu menino.

8—Simão Teixeira de Vasconcelos, que

(1) Vem nomeado na relação dos cônegos da Sé do Funchal, no Livro *Il primo scuoprimento dell'Isola di Madera*, lib. secd, do Padre Teodoro da Pavia, Tortona, 1705.

(2) O anotador das *Sauladas* diz que a capela foi instituída em 1610, o que é erro, pois essa é a data do nascimento do pai do instituidor. Quanto ao orago é com certeza Nossa Senhora dos Remédios, pois do testamento se vê quanta devoção lhe tinha o cônego.

segue.

N.º 8. Simão Teixeira de Vasconcelos nasceu a 22 de Outubro de 1688 e foi legitimado por provisão de 20 de Fevereiro de 1717. C. em 8 de Outubro de 1718 c. Catarina de Almeida e Matos, filha de Manuel de Almeida, de Vizeu, e de Maria da Trindade. Tiveram filhos:

9—António Felix Teixeira, que foi padre e faleceu em 23 de Junho de 1788.

9—Joaquim Lomelino, que morreu moço.

9—Manuel Lomelino de Vasconcelos Teixeira, que segue.

9—Ana, Antónia e Margarida, solteiras.

9—Joana, que morreu menina.

9—Rosa, mulher de Manuel José Jaques de Mascarenhas Fénis. S. g.

N.º 9. Manuel Lomelino de Vasconcelos Teixeira, nasceu a 1 de outubro de 1727 e c. a 7 de Junho de 1749 c. Antónia Faustina Quitéria de Moura Leal, filha de João Marques de Freitas e de Isabel de Moura e Mendonça. Tiveram filhos:

10—António Manuel Teixeira Lomelino de Vasconcelos Caiado, que segue.

10—D. Ana Isabel de Moura Lomelino, solteira.

N.º 10. António Manuel Teixeira Lomelino de Vasconcelos Caiado, nasceu a 18 de Julho de 1759, foi capitão das Ordenanças de Santa Cruz e c. c. D. Ana Vicência Teles de Menezes, filha de João Agostinho Telo de Menezes e de D. Ana Francisca Xavier da Câmara e irmã do morgado João Agostinho Pereira de Agrela e Câmara, autor genealógico. Tiveram filha

11—D. Maria Antónia da Câmara Lomelino, mulher de António Leandro Escórcio, S. g.

§ 2.º

N.º 4 António Teixeira Caiado, segundo filho de João Gonçalves Caiado (§ 1.º n.º 3) c. c. N. . . Teve filho

5—António Caiado.

N.º 5. António Caiado c. c. Helena Coelho, cuja ascendência se desconhece. Tiveram filho

6—Pedro Teixeira de Lordelo.

N.º 6. Pedro Teixeira de Lordelo morreu

em Santa Cruz, como os seus antepassados, e c. c. Antónia Gramacho, filha de Manuel Ferreira Drumond (1) e de Maria de Vasconcelos, que era filha de António Gramacho de Perada. Tiveram filho

7—António Coelho Caiado.

N.º 7. António Coelho Caiado viveu em Santa Cruz e instituiu o vínculo que se chamou das Caiadas. C. c. sua prima Isabel da Silva Cabral (§ 1.º n.º 6, a) filha mais velha e herdeira de Constantino Cabral de Sousa e de Isabel da Silva Teixeira. Tiveram filhos:

8—Manuel Ferreira Drumond, que segue.

8—Outros, cujos nomes se ignoram. S. g.

N.º 8. Manoel Ferreira Drumond, 2.º mor-

(1) Dizem outros que filha B. dêsse Manuel Ferreira Drumond, que por sua vez era filho de Marcos de Braga Ferreira; neto de Manuel Gonçalves de Braga e de Ana Ferreira; bisneto de Fernão Gonçalves e de Maria Gonçalves de Braga. Sua avó Ana Ferreira era filha de Baltazar Gonçalves Ferreira, neta de Belchior Gonçalves Ferreira e bisneta de Gonçalo Aires, companheiro de Zarco nos primeiros tempos da povoação. Sua bisavó, Maria Gonçalves de Braga, já referida, era filha de Marcos de Braga, muito falado nas crónicas madeirenses. E seu bisavó Baltazar Gonçalves Ferreira, há pouco mencionado, era filho de Branca Afonso, uma das filhas de João Drumond, dos senhores de Escobal em Escócia.

gado das Caiadas, viveu na freguesia de Guala. C. c. Maria Cabral da Silva e Castelo Branco, filha de Manuel Teixeira de Goes e de Teresa dos Mártires Telo de Menezes (1). Tiveram filho

9—António Telo Cabral.

N.º 9. António Telo Cabral, 3.º morgado das Caiadas, morou em Santa Cruz, onde exerceu «alguns cargos da governança». C. c. Quitéria Antónia de Gouveia e Freitas, filha de Simão de Freitas Cunha e de Francisca de Vares. Tiveram filho

10—Leandro António Drumond Cabral.

N.º 10. Leandro António Drumond Ca-

(1) Filha de José Telo, que era filho de João Jaques Soares, (cujos pais foram Rafael Jaques Fénis, inglês que passou á Madeira em 1581, e Jerónima Soares de Sousa) e de Catarina de Menezes. Esta era filha de Garcia Moniz Barreto, neta de Jorge Moniz Barreto, bisneta de Garcia Moniz de Menezes, 3.ª neta de Vasco Martins Moniz o Africano e de sua 2.ª mulher Beatriz Vaz Ferreira, que era neta materna de Gonçalo Aires.

Jerónima Soares de Sousa, atrás referida, era filha de Estévam Soares de Sousa, que presumo fôsse neto ou bisneto de João Soares de Albergaria, capitão de Santa Maria nos Açores, e de sua mulher Branca de Sousa; o qual João Soares era filho duma irmã de Fr. Gonçalo Velho e portanto neto de Maria Alvares Cabral, que foi mulher de Fernão Velho e era filha de Álvaro Gil Cabral, senhor de Belmonte.

bral, 4.º morgado das Cajadas, c. c. D. Lusía Maria de Sá, filha de Francisco de Sousa e Sá e neta de José de Sá e Vares. Exerceu cargos administrativos, tendo sido vereador da câmara de Santa Cruz (1). Tiveram filho

11—João Nepomuceno Cabral e Freitas.

N.º 11. João Nepomuceno Cabral e Freitas, 5.º morgado das Cajadas, nasceu em Santa Cruz e exerceu nessa vila os cargos de vereador da Câmara em 1810 e mesário da Misericórdia em 1815 (2). C. a 1.ª vez c. D. Genoveva Matilde da Câmara e Vasconcelos, filha do capitão Francisco Roque de Menezes Barreto, fidalgo escudeiro da Casa Real (3) e de sua prima D. Ana Francisca Telles de Menezes, ambos descendentes de Tristão Vaz, de João Drumond e de Vasco Martins Moniz o Africano (4). Tiveram filhos:

(1) e (2)—*Arquivo da Marinha e Ultramar.*

(3)—Carta registada no arquivo da C. M. F., com data de 1765.

(4)—Visto serem netos paternos de Francisco de Menezes Barreto, que era filho de Francisco Manuel Moniz; neto de Pedro Moniz de Menezes; bisneto de Francisco Manuel Moniz; 3.º neto de Francisco Manuel Moniz; 4.º neto de Vasco Martins Moniz e de Joana Teixeira de Goes (3.ª mulher), filha de Lançarote Teixeira e neta do 1.º capitão de Machico.

Francisco Manuel Moniz, referido atrás (o último) foi casado com Maria Favila (2.ª mulher), que era filha de Gil de Carvalho, neta de Antão Alvares de Carvalho, (tronco dos Carvalhos de S. Gil) e de sua mulher Beatriz Escórcio, filha de João Drumond,—e já citado descen-

12—Leandro Tibúrcio de Menezes Cabral, que segue.

12—Francisco Ricardo de Menezes Cabral, que foi para o Brasil e dele não houve notícias.

12—D. Gemeniana Augusta Cabral, mulher de Augusto Cesar de Oliveira, filho de Pedro João de Oliveira e de D. Lúcia Casimira de França. Houveram filhos:

a) Alfredo Cesar de Oli-

dente dos Duques de Drumond, na Escócia, sobrinho da Rainha Ana Bela e um dos primeiros povoadores da Madeira.

Vasco Martins Moniz o Africano, já várias vezes referido, entroncava nos Menezes de Portugal, visto que era filho de Henrique Moniz, alcaide mór de Silves e de D. Inês de Menezes; esta era filha de outra D. Inês de Menezes, mulher de Gonçalo Nunes Barreto e filha de D. Pedro de Menezes, 2.º Conde de Viana e 1.º conde de Vila Real, falecido em 1437; o qual era filho de D. João Afonso Telo, 1.º Conde de Viana, irmão da Rainha D. Leonor Teles, e ambos filhos de D. João Afonso Telo de Menezes, 1.º conde de Barcelos e de Ourem. *Vid.* D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real, passim.*

O pai de Vasco Martins, Henrique Moniz, era filho de Vasco Martins Moniz e de Brites Pereira, que era filha de D. Paio Pereira, irmão do Condestável D. Nuno Álvares e ambos filhos do prior do Hospital D. Alvaro Gonçalves Pereira. Segundo a *Insularia* (Liv. VII est. 95) Vasco Martins era também oriundo de Egas Moniz:

*Do Alo do primeiro Rei Famoso
Que honrou o Sceptro Insigne Lusitano,
É este descendente bellcoso,
Chamado por grandezza o Africano,
Vasco Martins Moniz, o Valeroso...*

veira, cônego. (1)

a) D. Augusta, mulher de João de Brito Seixas, filho de João de Brito Seixas e de D. Ana Augusta de Castelbranco. Pais de Augusto Cesar de Bettencourt de Brito Seixas, c. g.

12—D. Maria Cesária e D. Elisa, solteiras.

N.º 11 bis. João Nepomuceno Cabral e Freitas, 5.º morgado das Caiadas, c. 2.ª vez, em 1813, c. D. Maria Manuel de Menezes, natural de Agua de Pena, filha de João José Drummond Escudeiro—filho terceiro do penúltimo morgado da Bemposta (2)—e de D. Ana Fran-

(1)—Nasceu em Santa Cruz a 22 de Março de 1840. Cursou o Liceu e o Seminário do Funchal e ordenou-se de presbítero a 30 de Agosto de 1863. Foi Vigário-Geral, presidente da Junta Governativa do Bispado e substituto do Governador da Diocese. Em 1880 foi transferido para a Sé de Évora, e nesse cidade faleceu a 19 de Abril de 1908. Foi o fundador do *Diário de Notícias* do Funchal.

(2)—João Afonso Escudeiro era natural de Portugal, tinha fôro de fidalgo e passou á Madeira em 1450. Morreu em 1512 e, por testamento desse mesmo ano, instituiu um vínculo em Agua de Pena, chamado da Bemposta, e outro em Santa Cruz, chamado de S. Lázaro, ambos a favor de sua filha Catarina Anes Escudeiro. Esta casou com Lopo Franco de Monção, natural da vila dêste nome em Portugal, e que passou á Madeira em 1480, tendo sido primeiro juiz da Câmara de Santa Cruz. Sucedeu no primeiro morgadio um filho, no segundo uma filha: mas não tendo esta deixado descendência, passou o vínculo para um sobrinho, filho do morgado da Bemposta, ficando assim reunidas novamente as duas instituições vinculares.

cisca Teles de Menezes, que fôra primeiramente casada com seu primo Francisco Roque de Menezes; sendo, portanto, D. Maria Manuel cunhada de seu marido, por ser meia-irmã de D. Genoveva da Câmara, neste § n.º 11. Filhos:

A série dos senhores da Bemposta, até a extinção dos morgadios pela lei de 1863, é a seguinte:

1.º Catarina Anes Escudeiro c. c. Lopo Franco de Monção;—2.º João Lopes Franco c. c. Jerónima Borrallho;—3.º Diogo Lopes Tavares c. c. Antónia de Abreu Escórcio, descendente de João Drumond e dos Liberalibês, que tinham sepultura na Sé do Funchal;—4.º Simão Borrallho Tavares Drumond c. c. Maria Barbosa;—5.º Diogo Lopes Tavares c. c. D. Filipa de Menezes;—6.º António Cardoso Drumond c. c. D. Maria Telo de Menezes;—7.º Simão Drumond de Vasconcelos Moniz de Menezes c. c. sua prima D. Joana Josefa de Menezes Figueiredo;—8.º Miguel Cardoso Drumond de Figueiredo Escudeiro c. c. sua prima D. Maria Jacinta de Menezes e pais de João José Drumond Escudeiro, referido acima no texto;—9.º António Cardoso Drumond Escudeiro.

Os morgados da Bemposta, diz o *Eluc. Mad.*, tinham sepultura no antigo convento (da Piedade?) de Santa Cruz, onde se viam nua Lage as armas dos Tavares e Borrallhos. Por diversas alianças contraídas por estes seus avós, D. Maria Manuel de Menezes, mulher de João Nepomuceno Cabral e Freitas, descendia directamente dos três donatários do arquipélago; de João Gonçalves Zarco, porque seu avô Simão Drumond, 7.º morgado da Bemposta, era filho de D. Maria Telo de Menezes (mulher de António Cardoso Drumond), neto de Manuel de Menezes Telo (c. c. D. Mariana Moniz de Ornelas), bisneto de João de França e Vasconcelos (c. c. D. Ana de Menezes), 3.º neto de Helena de França (c. c. Manuel Alves de Matos), 4.º neto de Branca de França e Vasconcelos (c. c. António Vieira de Vasconcelos), 5.º neto de Francisca de França e Vasconcelos (c. c. Francisco de Goes de Carvalho), 6.º neto de Leonor de Vasconcelos (c. c. André de França), 7.º neto de Rui Mendes de

12 - José Maria Cabral, § 3.º.

12—D. Rita Helena Cabral, mulher de Camilo Lélis de Bettencourt. Houveram filhos:

a) Henrique Modesto de Bettencourt, cónego na Sé

Vasconcelos (c. c. Leonor Teixeira de Goes), que era filho de Helena Gonçalves da Câmara,—mulher de Martim Mendes de Vasconcelos e filha mais velha de Zarco.

Procedia também do donatário de Machico, por várias linhas, entre elas esta, que explica ao mesmo tempo a sua descendência do donatário de Porto Santo: João Teixeira (filho de Tristão Vaz e de Branca Teixeira) c. c. Filipa de Mendonça Furtada (filha de Bartolomeu Perestrelo e de sua primeira mulher Beatriz Furtada de Mendonça) e houveram a Solanda Teixeira, mulher de Bartolomeu Perestrelo, 3.º donatário (filho de Bartolomeu 2.º donatário e de Quiomar Teixeira, filha de Tristão Vaz) a qual foi mãe de Filipa Perestrelo (c. c. João Rodrigues Calaça), avó de Grácia de Castro Calaça (c. c. Pedro Jorge), bisavó de Minuel de Castro (c. c. Maria de Mendonça, trisavó de Isabel Moniz de Menezes (c. c. António Cardoso Drummond), 4.ª avó de D. Filipa de Menezes, mulher de Diogo Lopes Tavares, 5.º morgado da Bemposta, de quem se falou atrás.

Além dos donatários, era D. Maria Manuel oriunda de outros povoadores, entre elles Gonçalo Aires Ferreira, pela seguinte linha descendente: Eva Gomes Ferreira, filha de Gonçalo Aires e mulher de Vasco Fernandes Escudeiro—Beatriz Vaz Ferreira (2.ª mulher de Vasco Martim Moniz)—Garcia Moniz de Menezes c. c. Catarina Teixeira de Goes—D. Helena de Menezes c. c. Pedro Nunes Barbosa, descendente de D. Sancho Nunes Barbosa, marido duma irmã do rei D. Afonso Henriques—Cristóvam Moniz Barreto c. c. Maria Corrêa—António Moniz de Menezes c. c. D. Joana Cabral—D. Francisca de Menezes e Vilhena c. c. Manuel Pereira da Silva—Brás Moniz de Menezes c. c. D. Margarida de Freitas da Silva—D. Mariana Teles de Menezes c. c. Francisco de Menezes Barreto—Brás Moniz Barreto c. c. D. Teresa Maria

do Funchal, nascido em Santa Cruz a 15 de Junho de 1847 e falecido em 17 de Setembro de 1925.

de Jesus e Moura—D. Ana Francisca Teles de Menezes c. c. João José Drumond Escudeiro, pais de D. Maria Manuel de Menezes.

Procedia ainda de Álvaro de Ornelas, o Grande, tronco desta família na Madeira, pela seguinte linha descendente, que explica igualmente a sue proveniência dos Abreus de Regalados: Álvaro de Ornelas Saavedra (filho do navegador Álvaro de Ornelas e de sua mulher Elvira Fernandes Saavedra) c. 2.^a vez com Branca Fernandes de Abreu, filha de Beatriz de Abreu (filha esta de Rui Gomes de Abreu, alcaide mór de Elvas e neta de Pedro Gomes de Abreu, senhor de Regalados) e de João Fernandes do Arco. João Fernandes era um fidalgo galego, dos Andrades da Galiza, e passou á Madeira com seu irmão Diogo. H. e H.^{es} nas *Memórias sec. e ecl.* filia-os nos Condes de Vilhalva. D. João II deu a João Fernandes o apelido *Arco*, por alusão á freguesia do Arco da Calheta, onde morou, e brazão de armas próprio,—não parecendo, por isso, que fôsse filho de Fernão Domingos do Arco (um dos madeirenses que obtiveram doação das terras que descobrissem para oeste) como propõe o sr. Aires de Sá em uma nota aos *Est. de Cart. Ant.* De Branca de Abreu e de Álvaro de Ornelas foi filho Jerónimo de Ornelas Abreu c. c. Catarina de Barros; neta Lusía de Ornelas c. c. António Garcia de Gamboa; bisneto Jerónimo de Ornelas Abreu c. c. D. Bernarda de Menezes; 3.^a neta D. Mariana Moniz de Ornelas c. c. Manuel de Menezes Telo; 4.^a neta D. Maria Telo de Menezes c. c. António Cardoso Drumond, 6.^o morgado da Bemposta, já referido.

De João Rodrigues Calça e de sua mulher D. Ana Ferreira de Castro (que dizem filha do Duque de Coimbra, filho do rei D. João II) por várias linhas, entre elas a que já foi atrás deduzida na descendência do donatário de Machico; o mesmo de João Drumond, seidiór de Stoball na Escócia; e ainda de Henrique Alemão, o cavaleiro de Santa Catarina e sesmeiro na Madalena; de Mem Rodri-

a) Camilo Lélis de Bettencourt, c. c. D. Amélia de Faria Bettencourt. C. g.

12—D. Maria Antónia de Menezes, mulher do Dr. Crispiniano Evangelista da Silva. Houveram filhos:

a) Dr. Crispiniano Evangelista da Silva, c. c. D. Ana

gues de Vasconcelos, que foi casado com uma filha de Bartolomeu Perestrelo, 1.º do nome; de Brás Gonçalves de Gaias; de Rui Pires de Canha; de João Salviati, de Florença; de Pedro Delgado o Nabo; dos genovêses Lucas Salvago, Rafael Catanho e João Usodimare ou Usadamari; de Pedro Gonçalves de Azevedo, senhor de Bésteiros; de Guilherme Cré, que dizem filho de Guilherme de Longa Espada, duque de Normandia; e de outros primitivos colonizadores da Madeira e Porto Santo.

Entre os seus antepassados contam-se ainda os senhores de Belmonte (tambem ascendentes de seu marido, pag. 110 nota 2.ª) pela seguinte dedução: Fernão Alvares Cabral teve dois filhos e uma filha: o primogénito c. c. Isabel de Gouveia, a foram pais, entre outros, de José Fernandes Cabral, que herdou o senhorio de Belmonte, Pedro Alvares Cabral ou de Gouveia, descobridor do Brasil, e Diogo Fernandes Cabral que passou á Madeira (como seu tio e homónimo, filho segundo de Fernão Alvares Cabral) e aqui desposou Constança Rodrigues da Câmara, filha de Garcia Rodrigues da Câmara e neta de Zarco. Tiveram um filho Francisco Cabral (c. c. Maria Teixeira) que foi pai de Antónia Cabral (c. c. Rafael Catanho), avô de Isabel Catanho (c. c. Luís Gonçalves de Gaias), bisavô de Joana Cabral (c. c. António Moniz Barreto), 3.º avô de Francisca de Menezes (c. c. Manuel Pereira da Silva), 4.º avô de Brás Moniz de Menezes (c. c. Margarida de Freitas da Silva) 5.º avô de D. Mariana Telo de Menezes (c. c. Francisco de Menezes Barreto), 6.º avô de Brás Moniz Barreto (c. c. D. Teresa de Jesus e Moura), 7.º avô de D. Ana Francisca Teles de Menezes, (mulher de João José Drumend Escudeiro) sendo estes dois os pais de D. Maria Manuel de Menezes.

Couceiro da Costa Pombeiro. C. g.

a) D. Maria Egídia de Menezes da Silva, mulher de Aluísio César de Bettencourt. Pais de Luís Vogado de Bettencourt.

12—D. Hermenegilda Cabral, mulher de seu primo Luís Moniz de Menezes, filho de Ezequiel Moniz Drumond de Menezes e de D. Maria Cândida Escórcio de Quintal. S. g.

12—João Nepomuceno de Menezes Cabral, § 4.º.

12—D. Paulina e D. Líbia, solteiras.

N.º 12. Leandro Tibúrcio de Menezes Cabral foi o 6.º e último morgado do vínculo dss Caiadas. Exerceu o cargo de provedor do concelho de Santa Cruz. C. c. D. Maria Carolina, de quem teve filho

13—João Nepomuceno de Menezes Cabral e Freitas, s. g.

Houve, quando solteiro, uma filha que perfilhou:

13—D. Emiliana de Menezes Cabral, mulher do Dr. Martinho Camacho. Houveram filhos:

a) Dr. Leandro de Menezes Camacho, c. c. D. Laura de Cerqueira. C. g.

a) D. Maria Elisa de Menezes Camacho, mulher

de Alberto Osório Cruz. S. g.

a) D. Ana Augusta de Menezes Camacho, mulher de Carlos Crawford do Nascimento. C. g.

a) D. Fé Carmen de Menezes Camacho, mulher de Agostinho Cupertino da Câmara. C. g.

§ 3.º

N.º 12. José Maria Cabral, filho mais velho do 2.º matrimónio do morgado João Nepomuceno Cabral e Freitas (com D. Maria Manuel de Menezes) nasceu em Santa Cruz, em 23 de Janeiro de 1818, na casa salarenga do sítio do Bom Jesus. C. no Funchal c. D. Maria Matilde de Oliveira, nascida a 7 de Março de 1826 e filha do capitão Jacinto Feliciano de Oliveira e de D. Matilde Augusta da Costa; neta materna de Francisco António da Costa, natural de Viana, e de D. Francisca de Medina, descendente do poeta Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, autor da *Zargueida*. Tiveram filhos:

13—Jacinto de Freitas Cabral, que segue.

13—D. Palmira de Menezes Cabral, mulher de seu tio João Nepomuceno de Menezes Cabral, § 2.º n.º 12 e § 4.º.

13—D. Maria Matilde de Menezes Cabral, mulher de Adolfo Constant Burnay. Tiveram filhos:

a) D. Sara Burnay, mulher de Miguel Tobin de Paiva de Andrada. C. g.

a) D. Ida Burnay, mulher de seu primo Roberto Burnay, filho dos 1.^{os} condes de Burnay. C. g.

a) D. Alice Burnay.

a) Adolfo Carlos Burnay.

§ 5.^o 13—João José Telo de Mentezes Cabral,
13—Adelaide, que morreu menina.

N.^o 13 Jacinto de Freitas Cabral nasceu em Santa Cruz a 22 de Outubro de 1845, foi official do Exército e c. em 1867 c. sua prima D. Sofia de Mendonça e Vasconcelos, filha de João Venâncio de Mendonça e Vasconcelos e de D. Martiniana Sofia de Sá Bettencourt, em t.^o de Andrades Araujos. Tiveram filhos:

14—Carlos de Vasconcelos Cabral, que segue.

14—Henrique de Vasconcelos Cabral, que c. c. sua prima D. Lúcia de Lima, viscondessa viuva de Malanza, em t.^o de Andrades Araujos. Faleceu em Lisboa a 26 de Março de 1907. S. g.

N.^o 14. Carlos de Vasconcelos Cabral nasceu no Funchal em 1869 e c. c. D. Libânia Quintanilha, natural de Cuba no Alemtejo. Houveram filho:

15—Raul Quintanilha Cabral.

N.º 15. Raul Quintanilha Cabral, nasceu em Cuba em 1889 e c. c. sua prima D. Alice de Almeida, filha dos Viscondes de Malanza.

§ 4.º

N.º 12. João Nepomuceno de Menezes Cabral, filho segundo do 2.º matrimónio do morgado João Nepomuceno Cabral e Freitas (com D. Maria Manuel de Menezes) nasceu em Santa Cruz a 12 de Março de 1834 e c. no Funchal, na igreja de Santa Maria Maior, em 28 de Novembro de 1867, c. sua sobrinha D. Palmira de Menezes Cabral (§ 3.º n.º 13), nascida no Porto Santo em 1849. Faleceu em Lisboa a 30 de Agosto de 1904, sendo coronel de infantaria. Honveram filhos:

13—Gualter, que morreu menino.

13—D. Palmira Alice de Menezes Cabral, mulher de João Crawford do Nascimento, filho de Luís Maria do Nascimento (1) e de D. Ma-

(1) — Filho de Sabino António do Nascimento, da família de Francisco António do Nascimento, 4.º morgado das Selvagens, § 7 n.º 10.

ria Capitolina Crawford Rodrigues. Tiveram filhos:

a) Dora, que morreu menina.

a) Gastão Cabral do Nascimento, n. em 1894.

a) João Cabral do Nascimento, n. em 1897.

§ 5.º

N.º 13. João José Telo de Menezes Cabral, filho de José Maria Cabral e de D. Maria Matilde de Oliveira, nasceu em 1862 e c. c. D. Maria Isabel Pereira, natural de Portugal. Tiveram filhos:

14—Carlos Pereira Telo de Menezes Cabral, que segue.

14—João Telo de Menezes Cabral § 6.º.

14—José Maria Telo de Menezes Cabral, n. em 1907.

N.º 14. Carlos Pereira Telo de Menezes Cabral, nasceu em Lisboa em 1891 e c. em Santa Cruz c. D. Maria José Pereira, filha de Agostinho Júlio Pereira e de D. Maria José Pereira. Houveram filhos:

15—João de Menezes Caiado Cabral, n. em 1913.

- 15—Fernanda e Odorica.
15—Agostinha, que morreu menina.
-

§ 6.º

N.º 14. João Telo de Menezes Cabral, filho segundo de João José Telo de Menezes Cabral e de D. Maria Isabel Pereira, nasceu em 1896, é oficial do Exército e c. c. D. Maria das Mercês da Câmara Pereira, filha do Dr. João Estanislau Pereira e de D. Palmira de Bettencourt da Câmara. Tiveram filhos:

- 15—Jorge Pereira Telo de Menezes Cabral, n. em 1922.
15—Ida, que morreu menina.
-

§ 7.º

N.º 7. Filipa Cabral de Vasconcelos ou Filipa Cabral da Silva Castelo Branco, filha de Constantino Cabral de Sousa e de Isabel da Silva Teixeira (§ 1.º n.º 6) c. no Caniço a 12 de Abril de 1711 c. José Ferreira de Noronha Andrade, filho de João Ferreira de Noronha (1)

(1) Filho de António Ferreira de Noronha (c. c. Maria de Mendonça), neto de João Ferreira de Noronha

e de Maria de Sá. Herdou a terça de seu tio materno o cônego Manuel Ferreira Teixeira (na qual foram incluídas as Ilhas Selvagens) com obrigação de a vincular. Este vínculo ficou conhecido pelo nome de morgado das Selvagens. Tiveram filho

8—Brás Cabral Teixeira de Noronha.

N.º 8. Brás Cabral Teixeira de Noronha, 2.º morgado das Selvagens, nasceu no Caniço, foi capitão das Ordenanças e c. a 2 de Maio de 1742, na Sé, c. Francisca Júlia Rosa da Silva, filha de Francisco Fernandes da Silva e de Inácia das Neves. Tiveram filhos:

9—Constantino Cabral de Noronha Roboredo, que segue.

9—Francisco Plácido Cabral de Noronha, que foi padre.

9—Rosa Margarida Perpétua Cabral.

(c. c. Inês de Andrade), bisneto de Simão Gonçalves de Noronha (c. c. Inês Ferreira), 3.º neto de João Gonçalves de Aguiar e de D. Maria de Noronha, filha B. de Manoel de Noronha. E este Manuel de Noronha, poeta do *Cancioneiro Geral*, era filho de João Gonçalves da Câmara, 2.º capitão do Funchal, e de sua mulher D. Maria de Noronha, filha de João Henriques e neta de D. Diogo Henriques, Conde de Oígon, filho natural do Rei de Castela D. Henrique.

N.º 9. Constantino Cabral de Noronha Robredo, 3.º morgado das Selvagens, nasceu a 21 de Dezembro de 1748, foi capitão das Ordenanças, e c. c. D. Teodora Joaquina de Canha. Tiveram filha:

10—D. Ana Cândida Cabral.

N.º 10. D. Ana Cândida Cabral herdou o vínculo e c. a 14 de Abril de 1800, c. Francisco António do Nascimento, natural da freguesia do Monte e filho de Manuel dos Santos do Nascimento. Faleceu em Maio de 1807, tendo sido sepultada na Sé «em cova da Fábrica». Ela e seu marido foram os 4.ºs morgados das Selvagens. Tiveram filhos:

11—João Teixeira Cabral de Noronha, que segue.

11—D. Emília Cândida Cabral de Noronha, mulher de Joaquim José de Freitas.

N.º 11. João Teixeira Cabral de Noronha foi o 5.º e último morgado das Selvagens. Nasceu no Funchal a 15 de Agosto de 1801, e c. na Sé a 27 de Janeiro de 1833 c. D. Maria Carolina de Ornelas, filha de Francisco Luís Xavier Pestana e de D. Maria Jacinta de Ornelas. Tiveram filhos:

- 12—Constantino Cabral de Noronha, s. g.
 12—Francisco Cabral de Noronha, que segue.
 12—Joaquim Cabral de Noronha, que foi oficial do Exército. S. g.
 12—D. Leonor, D. Maria Augusta, D. Carolina e D. Carlota, solteiras.

N.º 12. Francisco Cabral de Noronha, que faleceu em 1914, teve filhos que perfilhou:

- 13—Júlio Cabral de Noronha, que segue,
 13—Francisco Cabral de Noronha, § 8.
 13—D. Josefina Cabral de Noronha, mulher de José Fausto Marques. C. g.

N.º 13. Júlio Cabral de Noronha, embarcou para o Brasil, onde casou. Teve filho

14—Sílvio Cabral de Noronha.

§ 8.º

N.º 13. Francisco Cabral de Noronha, filho de Francisco Cabral de Noronha, c. c. D. Ma-

tilde Amália da Trindade. Tiveram filho

14—Tito Francisco Cabral de Noronha.

CORRECCÃO IMPORTANTE

Na pag. 108, linha 8, na pag. 111 linha 8 e na pag. 112 linha 12, onde está § 6.º emende-se para § 7.º

Nota final

A história, desde que não é, como desejava France, uma sucessão alinhada e sêca de factos e de datas, fatalmente se torna em romance e como tal se divulga e perdura. A sua forma preferida é a biografia, — desde Cornélio, Plutarco e Suetónio até Jacinto Freire, até Oliveira Martins. Talvez por facilidade e amor da síntese, o heroi biografado absorve o pensamento e os actos dos homens seus contemporâneos. Sem dúvida, isto é preferível a uma história sem grandes homens, à Seignobos, cheia de *soldados desconhecidos*, — esse sublime disparate que a guerra de 1914 inventou.

A divinização do mortal parece ser, mais do que nunca, uma preocupação do nosso tempo. Aviadores, poetisas, senhoras premiadas em concursos de beleza, todos os dias os jornaes apregoam seus nomes, falando muito na

Raça, na Alma Lusíada e noutras expressões retóricas e abstractas, que fazem o encanto dos patriotas de provincia. A'manhã a história, rebuscando nos sonetos (que as gazetas agora publicam) o nome da criatura que mais caracteristicamente representou o seu século, cometerá a picaresca imprudência de escolher, admitamos, o de um actor de cinema,—e vá de attribuir-lhe a descoberta do rádio, a edificação dos Armazens Grandela e a invenção das canetas de tinta permanente. Assim succdeu a Ramzés II, a quem os gregos chamaram tambem Sesóstris.

Não quero dizer que seja este precisamente o caso de João Gonçalves Zarco; mas vai tendendo para lá. Este livro anti-romântico, anti-sentimental, anti-literário mesmo, pretende, nos seus primeiros capítulos, fazer regressar o «capitão famoso» ao seu verdadeiro e legítimo lugar. Engana-se, todavia, quem supusér que é uma demolição; pelo contrario, o prestígio do heroi mantem-se, o seu papel é que varia.

Convém assentar, antes de mais, que o verbo *descobrir*, para os portuguezes do século XV, significava apenas reconhecer e visitar: de aí falar-se em primeiro e segundo descobrimento. Acabe-se, pois, com a infantilidade das naves que sulcam os mares á aventura e descobrem continentes e ilhas sem pôrem nisso intencionalidade. O acaso, neste assunto, é uma injúria feita á memória do Infante D. Henrique. Admitido este princípio, consideremos o *descobrimento* da Madeira: o Infante mandou inspeccioná-la, e, como soube que era aproveitável para o trato das terras, cedeu-a, sob cer-

tas reservas, a dois cavaleiros da sua casa, que lho haviam solicitado. Repare-se agora no seguinte: não se sabe quem veio a reconhecer, (Diogo Gomes fala só do piloto Afonso Fernandes) nem valia a pena, na verdade, fixar os nomes desses homens. Mas sabe-se, porque o próprio Infante e os Reis os mencionam, quem foram os dois cavaleiros encarregados de dirigir a povoação e colonização da Ilha.

Portanto, dividamos pelos três (quatro, se incluímos Perestrelo com a sua capitania de Porto Santo) a grossa fatia de glória a que essas duas empresas sucessivas dão direito: ao Infante D. Henrique (Duque de Vizeu, vulto concreto, e não Infante de Sagres, como para aí se lhe chama em desvairado lirismo) cabe a honra de ter presentido as consequências, vantajosas para a vida nacional, da colonização dum arquipélago perdido no meio do Atlântico; a Zarco e a Pristão Vaz cabem os louros do resultado da empresa, se bem que descontínua e muitas vezes irregular.

Certamente isto é muito prosaico e, para várias pessoas, desconcertante. Mas, quanto mais aprofundo o assunto, mais me convenço de que assim foi. Os documentos insertos neste volume e os capítulos de comentário aos historiadores que tratam do caso, poderão deixar de persuadir os leitores, mas isso é deficiência de exposição, de que só o autor tem a culpa. Como este trabalho é de revisão, ela incide não apenas sobre os factos mas sobre as datas também: de aí o capítulo acerca da morte de Zarco. Os três de crítica literária não são já de controvérsia: limitam-se a estudar livros e

autores obscuros, que pelo nascimento ou pelo entrecho de suas obras se prendem á história madeirense. E o trabalho final a ela tambem se liga, pois não é novidade dizer-se que a genealogia é um auxiliar muito útil da história.



Advertência e correções

Na pag. 35 e segs. empregaram-se *ê* e *û* em vez das mesmas letras com til, pela razão de as não possuir a tipografia. Pelo mesmo motivo se não escreveu, em vários lugares d'êste livro, a palavra *Saudades* com diérese sôbre a vogal *u*.

Na pag. 18, nota 1.^a, acrescenta-se a *Poetas Palacianos*: Cap. II, pag. 89. Cit. também pelo sr. J. Reis Gomes em *A Filha de Tristão das Damas*, pag. 256 (*Notas*).

Na pag. 22, linha 27, acrescenta-se: o sr. Fortunato de Almeida, na sua *Hist. de Portugal*, t. II, pag. 30, nota 1.^a, refere-se sucintamente á *Relação*, donde todavia transcreve umas linhas, e acaba por dizer: «No conceito de Diogo Gomes, João Gonçalves Zarco foi apenas o colonizador».

Na pag. 32, nota 1.^o, onde está *Notícias da Madeira desde o seu segundo descobrimento pelo Zarco*, leia-se *Notícias das cousas da Madeira*, etc.

Na pag. 85, última linha, onde está *medina* emende-se para *Medina*.

Na pag. 102, linha 29, leia se *João* em vêz de *José*.

Índice

As «Saúdades da Terra».. .. .	7
As versões sôbre o Descobrimento no livro de Frutuoso.	13
A «Relação» de Diogo Gomes.	21
O Manuscrito de Gonçalaire	27
Cartas Régias que desmentem o descobri- mento por Tristão e Zarco, e apenas provam que elles foram povoadores..	53
Supremacia de João Gonçalves	43
Quando morreu Zarco?	51
Os louvores de Tristão da Veiga e do Bis- po D. Luís de Figueiredo.	57
A «Insulana» de Tomás	67
A «Georgeida» de Medina.	79
O Cónego Alfredo, Poeta.	89
Os Senhores das Selvagens	97
<i>Nota final</i>	135
<i>Advertência e Correções</i>	139